

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RICARDO CARVALHO GONÇALVES

A EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL

Porto Alegre

2012

RICARDO CARVALHO GONÇALVES

A EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Porto Alegre

2012

RICARDO CARVALHO GONÇALVES

A EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
UFRGS

Aos meus pais, Paulo e Regina,
pelos valores e pelo apoio incondicional.

À minha avó, Anita,
pelo carinho durante todos esses anos.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Rafael,
pelo exemplo e pela amizade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que compreendem a responsabilidade de seus trabalhos e que buscam executá-los da melhor forma possível. Em especial, ao meu orientador Paulo Waquil, pela paciência, sabedoria e compreensão, que foram de grande ajuda para a execução desse trabalho.

Agradeço, também, a todos do BRDE que me proporcionaram, no período em que estive lá, um grande aprendizado. Em particular, a todos da SUPLA (Vera, Mara, Celso, Pedro, Lucas, Henrique, Amanda, Guilherme), DEPRO (Maurício, Fernanda) e DERIS (Luciano, André, Marco, Eduardo) os quais, além de tudo, a amizade nunca será esquecida. Às minhas amigas da Divisão de Capacitação da UFRGS, meus sinceros agradecimentos pelo período em que tive a oportunidade de estagiar naquele ambiente maravilhoso e que, apesar de breve, foi uma ótima experiência.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus familiares que, de alguma forma, estiveram comigo durante esses últimos anos. A todos os meus tios e primos que, mesmo quando distantes, estiveram presentes nas lembranças. Em especial, agradeço aos meus pais, Paulo e Regina, que sempre fizeram de tudo para me disponibilizar as melhores condições para estudar, sempre colocando os interesses dos filhos em primeiro plano.

Por fim, deixarei o meu agradecimento a todos os meus amigos. Aqueles que eu tive a sorte de conhecer na infância, na AFS, no pré-vestibular, na faculdade ou por um acaso da vida, e que agregam um valor inestimável ao meu dia-a-dia. À Júlia, por todo carinho e compreensão, me apoiando nos momentos difíceis e estando presente nos momentos mais felizes nesses últimos 3 anos e meio, é difícil expressar o quanto sou grato por todos esses dias em que estiveste presente na minha vida.

The windows of the soul are infinite, we are told. And it is through the eyes of the soul that paradise is visioned. If there are flaws in your paradise, open more windows! Vision is entirely a creative faculty: it uses the body and the mind as the navigator uses his instruments. Open and alert, it matters little whether one finds a supposed shortcut to the Indies – or discovers a new world. Everything is begging to be discovered, not accidentally, but intuitively. Seeking intuitively, one's destination is never in a beyond of time or space but always here and now. If we are always arriving and departing, it is also true that we are eternally anchored. One's destination is never a place but rather a new way of looking at things. Which is to say that there are no limits to vision. Similarly, there are no limits to paradise. Any paradise worth the name can sustain all the flaws in creation and remain undiminished, untarnished.

MILLER, Henry. *Big Sur and the Oranges of Hieronymus Bosch*. New Directions Publishing Corporation, 1957. p.25.

RESUMO

Este estudo apresenta, de forma geral, a evolução do cooperativismo no Brasil, desde o seu surgimento – no final do século XIX – até o seu fortalecimento – na primeira década do século XXI. Atentou-se, neste trabalho, para as cooperativas agropecuárias, já que estas são atualmente as maiores e as que agregam maior número de cooperados no país. Em vista disso, realizou-se uma revisão bibliográfica para discorrer sobre o surgimento, o desenvolvimento, a crise e a reestruturação dessas cooperativas no Brasil, procurando-se contextualizar com o ambiente político-econômico de cada período. Buscou-se, então, analisar de forma cronológica o desenvolvimento dessas organizações, enquadrando-as dentro da economia brasileira. O entendimento acerca dessas instituições se mostra muito relevante ao passo que exercem um importante papel social – inserindo milhares de produtores em um mercado altamente concorrido. Além disso, os significativos resultados econômicos apresentados nos primeiros dez anos do século XXI, revelam o poder de adaptação das cooperativas ao mercado globalizado. Destaca-se, também, a importância da Economia Solidária que emerge ao longo da década de 1980 para solidificar essas associações como importantes instrumentos sociais que promovem – através da “educação solidária” – uma sociedade mais justa.

Palavras-Chave: Cooperativismo agropecuário. Evolução do cooperativismo. Economia solidária. Economia brasileira.

ABSTRACT

This study presents, in a general way, the evolution of cooperativism in Brazil, from its appearance – in the late nineteenth century – until its strengthening – in the first decade of the twenty-first century. The focus of the paper is the agricultural cooperatives, since these are the most significant ones and that aggregate more cooperators in this country. Observing this matter, it was made a literature review to discuss the emergence, development, crisis and restructuring of these cooperatives in Brazil, seeking to contextualize the political and economic environment of each period. It was sought to analyze the development of these organizations in a chronological way, framing them within the Brazilian economy. The understanding concerning these institutions proves very relevant since they perform an important social role – by inserting thousands of producers in a highly competitive market. Besides, the significant economic result that the cooperatives presented in the first ten years of the twenty-first century, revealed its power of adaptation into a globalized market. It is also noteworthy the importance of the Solidarity Economy that emerged throughout the 1980s to solidify these associations as important social bodies that promote - through "solidarity education" - a more just society.

Key-Words: Agricultural cooperativism. Evolution of cooperativism. Solidarity economy. Brazilian economy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações das cooperativas e taxa de câmbio – 2005 a 2011..... 63

Gráfico 2: Tendência das exportações das cooperativas por valor e por quantidade – 2001 a 2011 64

Gráfico 3: Evolução do número de Cooperativas do Sistema OCB – 2001 a 2011 67

Gráfico 4: Evolução do número de Cooperados do Sistema OCB – 2001 a 2011..... 67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação das Cooperativas nas Exportações do Agronegócio Brasileiro	62
Tabela 2: Exportações das Cooperativas por UF	65
Tabela 3: Principais países de destino das exportações das cooperativas brasileiras	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS NA EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL – DO INÍCIO DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO À DÉCADA DE 1970.	14
3 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA NA DÉCADA DE 1980.....	28
3.1 <i>Contexto político-econômico: causas e consequências da “década perdida”.....</i>	29
3.2 <i>A crise do Cooperativismo Agropecuário</i>	32
3.3 <i>Economia Solidária: uma alternativa econômica viável.....</i>	39
4 APROFUNDAMENTO DA CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO: DA DÉCADA DE 1990 AOS PRIMEIROS DEZ ANOS DO SÉCULO XXI.....	45
4.1 <i>Primeiros anos da década de 1990: aprofundamento da crise.....</i>	45
4.2 <i>Segunda metade da década de 1990: a reestruturação do cooperativismo agropecuário</i>	51
4.3 <i>Primeira década do século XXI e as Cooperativas Agropecuárias</i>	59
5 CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Muitas vezes, quando grupos de pessoas se deparam com problemas em comum, se unem para tentar superá-los. A união de indivíduos através de sentimentos de empatia e solidariedade emerge quando seus semelhantes – sejam por aspectos culturais, étnicos ou de classes sociais – se encontram em situações adversas. Esse sentimento quase instintivo que as pessoas desenvolvem ao longo de suas vidas traduz a essência do cooperativismo: a reciprocidade e a ajuda mútua para superar adversidades.

O ano de 2012 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o ano internacional do cooperativismo, com o slogan “Cooperativas constroem um mundo melhor” (OCB, 2011). A ONU destaca, dessa forma, a grande importância dessas organizações que colaboram para melhorar a qualidade de vida de cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo (OCB, 2011). Esses fatos justificam o aprofundamento de estudos que cercam esse tema, tanto para melhor compreender as suas peculiaridades bem como para colaborar para a sua evolução.

Ao compreender a grande importância social que as organizações cooperativas apresentam, este trabalho busca discorrer sobre os principais fatos históricos que marcaram o desenvolvimento dessas associações no Brasil, atentando-se principalmente para as do meio rural. Entende-se, contudo, a necessidade de abranger em alguns pontos outros tipos de cooperativas, na medida em que se percebem vínculos entre essas associações, como com as cooperativas de crédito, de consumo e de trabalho. O objetivo fundamental desta monografia é demonstrar de que maneira o movimento cooperativista conseguiu atingir, na primeira década do século XXI, tal significância no país, impactando positivamente milhões de brasileiros. É realizada uma análise cronológica, desde o surgimento do movimento cooperativista – no século XIX – até os primeiros dez anos do século XXI, buscando contextualizar com os principais acontecimentos socioeconômicos que marcaram cada período. Destaca-se, também, a grande relevância econômica que essas organizações alcançaram no Brasil, fato muito importante para o contexto de forte concorrência do mercado capitalista.

Dessa forma, esse trabalho se divide em cinco capítulos, incluindo-se esta introdução e a conclusão. O segundo capítulo retoma o surgimento do movimento cooperativista no Brasil no final do século XIX e analisa o seu desenvolvimento – com forte vínculo estatal – até a década de 1970. É observada a importância do desenvolvimento de associações de trabalhadores na Europa – que buscavam uma melhor qualidade de vida em um cenário de

precarização das relações de trabalho durante a Revolução Industrial – para que, durante o movimento migratório de europeus para a América Latina no final do século XIX, esses ideais associativistas também embarcassem para o Brasil. É perceptível o forte vínculo que essas associações mantiveram com o Estado desde o período pré-república até a década de 1970, sendo um instrumento do governo para intervir diretamente nas questões agrícolas bem como para apaziguar conflitos no meio rural.

O terceiro capítulo trata da importante década de 1980 que marcou o início da desvinculação das cooperativas com o Estado. Esse capítulo é dividido em três partes. A primeira aborda o contexto de forte crise econômica vivenciada pelo Brasil durante esses anos que foi fundamental para que as cooperativas também enfrentassem grandes dificuldades financeiras. A complexidade desse período, que foi marcado pelas sucessivas tentativas de controle inflacionário e estabilização econômica, será colocada como um importante fator que explicita a incapacidade do Estado de manter políticas paternalistas durante essa década. Na segunda parte, é analisada a crise do cooperativismo agropecuário, demonstrando que a adoção de políticas recessivas por parte do governo, concomitante com o despreparo gerencial por parte dessas organizações, evidenciaram a fragilidade dessas instituições nesse período. Em vista disso, essas organizações passam a observar a importância de aumentar a sua eficiência produtiva e gerencial para não depender de políticas compensatórias do governo para a sua sobrevivência. Na terceira parte desse capítulo é observado o fortalecimento da economia solidária – que ocorreu principalmente no meio urbano em resposta ao aumento significativo do desemprego. No meio rural, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi de grande importância para organizar associações de pequenos agricultores em cooperativas autogestionárias de economia solidária. Essas instituições são exemplos de que o poder de adaptação de trabalhadores – tanto no meio urbano quanto no rural – viabiliza outras formas de organizações produtivas à parte do modelo capitalista predominante na atualidade.

O quarto capítulo apresenta as cooperativas agropecuárias a partir da década de 1990 e é organizado por três subdivisões. Na primeira, é observado o aprofundamento da crise nas cooperativas agropecuárias na primeira metade da década de 1990. A intensificação de políticas econômicas ortodoxas e o confisco das cadernetas de poupanças foram alguns dos fatores que acarretaram, nos primeiros anos desse período, grandes dificuldades para as cooperativas. A necessidade de reestruturação e as reivindicações desse setor são refletidas, a partir de 1994, em políticas governamentais de fomento aos pequenos produtores e às cooperativas agropecuárias. A segunda subseção deste capítulo aborda, com isso, os principais fatores que permitiram essa reestruturação das cooperativas a partir de meados da

década de 1990. Na terceira parte desse capítulo são apresentados dados mais recentes, a partir dos anos 2000, que demonstram o fortalecimento do cooperativismo no país. São discutidas, também, duas estratégias que poderão ser utilizadas pelas cooperativas com maior relevância nos próximos anos: aumentar a participação nas exportações dos agroindustriais e evoluir as relações de cooperação entre cooperativas, a fim de obter ganhos de escala, diminuir custos e aumentar o poder concorrencial dessas organizações.

Com isso, esse trabalho apresenta, mesmo que de forma ampla, uma evolução histórica do cooperativismo agropecuário no Brasil. É utilizada, em todos os capítulos, a revisão bibliográfica com o intuito de explicar, através de diversos autores, os principais acontecimentos que marcaram o desenvolvimento do cooperativismo no país. A análise cronológica e a contextualização política e econômica são realizadas com a finalidade de melhor compreensão dos fatos que influenciaram as cooperativas ao longo de sua história. Dessa forma, busca-se explicar os meios pelos quais as cooperativas se tornaram, na primeira década do século XXI, grandes organizações que influenciam diretamente na melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas e na evolução econômica de diversos municípios dentro do Brasil.

2 PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS NA EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL – DO INÍCIO DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO À DÉCADA DE 1970

São analisados, nesse capítulo, os principais fatos históricos que contribuíram para o surgimento e desenvolvimento do movimento cooperativista no Brasil. Dessa forma, observa-se desde as suas origens – com o movimento migratório europeu, no século XIX – até o seu crescimento vinculado ao Estado. Remete-se, também, aos aspectos históricos e econômicos mais relevantes do país que foram refletidos, de alguma forma, no meio rural e cooperativista durante esse período.

O cooperativismo surge no Brasil, segundo Takahashi (1982)¹, apud Veras Neto (2001), no final do século XIX devido à influência dos imigrantes europeus e à nova situação econômica que a abolição da escravatura – em 1888 – apresentava. Com a crescente troca da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado dos imigrantes no final do século XIX, pode-se observar a vinda para o Brasil de muitos europeus que formaram a massa trabalhadora dos grandes latifúndios de café do Oeste paulista (MESSIAS, 2003; OLIVEIRA, 2002). Além disso, muitos desses imigrantes se deslocaram para o Sul do país, onde formaram pequenas propriedades agrícolas (OLIVEIRA, 2002). Ao se depararem com a difícil situação econômica que a Revolução Industrial lhes colocava, muitos trabalhadores europeus acreditavam encontrar uma melhor situação no novo continente. Oliveira (2002, p.16) descreve:

Agentes a serviço de sociedades de imigração anunciavam, em várias cidades europeias, o Brasil como terra da promessa. Recebendo uma porcentagem sobre o número de embarcados, essas figuras seduziam aqueles que, sem alternativas, embarcavam num sonho que muitas vezes se tornava um verdadeiro pesadelo.

Além das dificuldades culturais, esses estrangeiros enfrentavam problemas econômicos, de produção, consumo e crédito. Com a experiência adquirida nos seus países de origem, esses imigrantes se uniram em “Organizações Comunitárias” com o intuito de enfrentar essas dificuldades (COOPERSULCA, 2009). Assim, esses ideais encontram, no novo continente, condições e motivações para se desenvolverem.

Cabe salientar que o movimento cooperativista aparece na Europa em resposta às precárias condições de emprego impostas pela Revolução Industrial, quando as longas jornadas de trabalho e os baixos salários se tornaram predominantes na sociedade (ANDRIOLI, 2002). Novas formas de organização social do trabalho já estavam sendo

¹ TAKAHASHI, M. *Análise de administração contábil das cooperativas agrícolas do Estado do Paraná*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1982. (Dissertação de Mestrado), p.100.

discutidas na Europa desde o início do século XIX, com pensadores como Robert Owen (1771-1888), François M. C. Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882), Saint-Simon (1760-1825), entre outros (GOERCK, 2005). Em 1844, no município de Rochdale, região metropolitana de Manchester na Inglaterra, 28 operários fundaram a Sociedade dos Probos de Rochdale, a primeira cooperativa moderna do mundo (SINGER, 1999). Sobre essa cooperativa, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2008, não paginado), afirma:

Ela criou os princípios morais e a conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico. Em 1848, já eram 140 membros e, doze anos depois chegou a 3.450 sócios com um capital de 152 mil libras.

Quase quarenta e cinco anos após o surgimento da Cooperativa de Rochdale, o movimento cooperativista surge no Brasil (OCB, 2008). Conforme é advertido por Alves (2003), é muito difícil saber exatamente qual foi a primeira cooperativa fundada no Brasil, já que naquele período os dados oficiais eram difíceis de serem registrados. Contudo, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) credita a cooperativa de consumo de Ouro Preto como a primeira a ser registrada no país, fato ocorrido em 1889, apenas um ano após a assinatura da Lei Áurea. Observa-se, contudo, que o movimento migratório da Europa para o Brasil já havia se intensificado no início do século XIX, quando o Decreto de 25 de Novembro de 1808 permitia sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil, com o intuito de estimular a migração de europeus que buscavam novas oportunidades na América do Sul (IOTTI, 2003). Com isso, o governo imperial visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar as grandes extensões de terras vazias, estimulando a vinda de colonos, agricultores e artesãos (OLIVEIRA, 2002). Segue-se a este decreto uma série de documentos que estabelece o movimento migratório como uma medida planejada e subsidiada pelo Estado (IOTTI, 2003). Segundo Oliveira (2002), o grande movimento migratório observado entre 1870 e 1930 – o maior já observado, cerca de 40 milhões de pessoas deixaram o Velho Continente rumo ao continente americano – é um produto da escassez provocada pelo novo arranjo industrial europeu, onde a concentração populacional nos centros urbanos acarretou um grande excedente de mão de obra, que buscou, no Novo Continente, a esperança para melhorar suas condições de vida.

Torna-se evidente a importância do movimento migratório ao longo do século XIX para o surgimento do cooperativismo moderno no Brasil. O “ideal associativista” que se espalhou na Europa em meados do século XIX, alcançou o maior país da América do Sul

através de cidadãos nascidos no “velho continente”, que enfrentavam aqui dificuldades semelhantes às encontradas em seus países de origem. Pode-se pensar que, alguns imigrantes, ao observarem as dificuldades da população europeia frente ao domínio da burguesia que ascendera após a Revolução Francesa, tentaram difundir no “novo-continente” os ideais dos filósofos socialistas utópicos que formalizaram possíveis alternativas ao modelo econômico vigente na Europa. O médico francês Benoît Jules de Mûre teve grande influência para que isso ocorresse no Brasil (QUEIROZ, 1990). Em 1841, um ano após chegar ao Brasil, Benoît Mûre - inspirado nas ideias de François Fourier - tenta fundar uma colônia de produção e consumo inicialmente na península do Saí e posteriormente em Palmital - atual município de Garuva, em Santa Catarina (ETGETO et al., 2005). Devido a sua influência e seu poder de persuasão, Queiroz (1990, p.6) constata:

Benoit Mure visitou os nossos poderosos. Falou, insistiu, convenceu. Teve a sorte de conquistar a simpatia de um senhor influente, o brigadeiro Machado de Oliveira. E assim, após inúmeras peripécias, viu - como se diz - recompensado o seu esforço. A Assembléia Geral fez esplêndida concessão de terras na península do Saí, para que nelas fosse estabelecido o tal “falanstério”. Votou, ainda, uma ajuda de 64 contos de réis.

A noção de “falanstério” na qual Mûre se refere advém de sua maior referência teórica e ideológica, o socialista francês François M. C. Fourier (ARNALD; MARACAJÁ, 2010; QUEIROZ, 1990). Apesar da concepção utópica de Fourier das relações sociais do grupo diferir de forma substancial do cooperativismo moderno, percebem-se alguns traços semelhantes em ambos, principalmente no que tange ao comprometimento mútuo às atividades realizadas pelo grupo e a espontaneidade de adesão dos indivíduos. Segundo a concepção de Fourier, Queiroz (1990, p.9) explica:

O "falanstério" deve se localizar nuns 5.000 acres de terra, em local de colinas e com água corrente. Mil seiscientos e vinte é o número ideal de pessoas que devem compor tal unidade, mas o limite pode ser tomado menos rigidamente. Todos devem morar em uma só casa coletiva, verdadeiro palácio. As refeições se preparam na cozinha comum, e todos os serviços, desde a agricultura aos de mais alto teor intelectual são prestados mutuamente por grupos de especialistas. No "falanstério", cada qual, agindo e trabalhando de acordo com as suas tendências inatas, contribui de modo espontâneo para o bem estar do conjunto.

Mesmo sendo mais flexível do que a proposta de Fourier, que seria realmente improvável de ser colocada em prática, Mûre não conseguiu lograr sucesso. Devido a divergências entre os integrantes do grupo (em torno de 100 pessoas) a comunidade de Palmital fundada por Mûre não durou muito tempo (QUEIROZ, 1990). Contudo, outro médico francês, Jean Maurice Faivre, passou a contribuir significativamente para a divulgação

das ideias de Fourier no Brasil. Em 1847, Faivre fundou no Paraná a colônia Teresa Cristina, com base no sistema cooperativista (ARNALD; MARACAJÁ, 2010). Cabe destacar que Faivre, que havia sido chefe do Hospital Militar da Corte, era amigo íntimo da família real e com isso obteve grande apoio da corte brasileira para executar seus projetos (MADOENHO, 2011). Ao observar a crise enfrentada na França, onde as políticas voltadas aos burgueses viravam-se contra o restante da população que permanecia pobre, Faivre encontra espaço no Brasil para colocar em prática seus ideais socialistas, fundando a Colônia Teresa Cristina – em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, que contribuiu financeiramente para o projeto (MADOENHO, 2011).

Veras Neto (2001, p.101) destaca outras circunstâncias históricas como fundamentais para a formação dessas associações, explicitando a proclamação da República em 1889 - fato que propiciou “um ambiente mais favorável à liberdade de associação”. Segundo este autor, “[...] começaram a surgir em decorrência destas condições específicas, as primeiras organizações, efetivamente intituladas de sociedades cooperativas”. Veras Neto (2001) também destaca a Constituição Republicana de 1891, que, segundo o artigo 72, assegurou a liberdade de associação. Nesse âmbito, o Estado passa a legislar efetivamente sobre o associativismo rural no país. Alguns autores, como Veras Neto (2001) e Souza et al. (2007), creditam a primeira cooperativa brasileira à Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, criada em 1891 na cidade de Limeira, São Paulo. Em 1894, foi fundada a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro. Nesse período inicial do movimento cooperativista, observa-se um predomínio das cooperativas de consumo, que buscavam conceder aos seus associados melhores condições de compra de insumos com o intuito de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e das matérias-primas (VERAS NETO, 2001).

Veras Neto (2001, p.102) cita Seibel (1994)² para discorrer sobre a importância das cooperativas de consumo nesse período:

As cooperativas de consumo faziam parte de um processo geral de organização das massas urbanas, principalmente da nascente classe média urbana, na defesa de seus interesses, particularmente de consumo.

Após o estabelecimento nos centros urbanos, o cooperativismo passa a surgir também no meio rural. Em 1892, é fundada a primeira cooperativa agrícola do Brasil, em Antônio Prado, no Rio Grande do Sul (UNIMED, 2010). A Região Sul do país observa, no final do

²SEIBEL, J. Erni. Estado e instituições públicas: caso do cooperativismo. **Perspectiva econômica**. v.29, n.84. Série Cooperativismo, n.35. 1994. p.25.

século XIX e início do século XX, o surgimento de várias associações através, principalmente, de imigrantes italianos e alemães. Como exemplo, pode-se citar o surgimento da Coperprima (Cooperativa Agrícola de Rio Maior) em Santa Catarina, fundada por imigrantes italianos em 1908 (ARNAUD; MARACAJÁ, 2010).

Outro fato importante no desenvolvimento histórico do cooperativismo foi a criação, em 1902, da primeira cooperativa de crédito da América Latina, no município de Nova Petrópolis (Rio Grande do Sul) através do padre jesuíta Theodor Amstad (ARNAUD; MARACAJÁ, 2010; ETGETO et al., 2005). Trazendo as ideias de Raiffesen – fundador da primeira cooperativa de crédito do mundo, na Alemanha – o padre suíço Amstad encontrou no Brasil espaço e recursos para desenvolver a ideologia associativista (PORT, 2012, a.). No início do século XX, Amstad já havia organizado as primeiras diretrizes para a constituição de cooperativas. Outras experiências de cooperativas agropecuárias foram observadas a partir de 1907, no estado de Minas Gerais (SILVA, et al., 2003). O objetivo do governador desse Estado, João Pinheiro, era incentivar a formação de cooperativas com o intuito de eliminar os intermediários da comercialização agrícola.

A primeira lei cooperativista foi colocada em prática, no Brasil, em 1903, com o decreto nº 979 (PORT, 2012, b.). Na realidade, esse decreto misturava o cooperativismo com o sindicalismo, permitindo a organização dos trabalhadores rurais para defesa e reivindicações de direitos. Apenas em 1907, com o decreto nº 1.637 é que se criam sindicatos profissionais e sociedades cooperativas – que receberam, nesse período, o mesmo tratamento de sociedades anônimas. Esse decreto reconheceu algumas especificidades do cooperativismo, assim como suas funções básicas, inclusive prevendo a existência de Federações de Cooperativas de Crédito Agrícola (PORT, 2012, b.).

Durante a Primeira República do Brasil (1889 – 1930), observa-se o liberalismo, difundido na época, como a principal teoria econômica. Dessa forma, buscaram-se as vantagens comparativas e a especialização agrícola, principalmente na produção do café. Dada a preocupação do governo exclusivamente para esses produtos de exportação, os agricultores de outras culturas, muitas vezes de subsistência, acabaram encontrando nas formas de associações cooperativas uma maneira de melhorar a qualidade de vida (ALVES, 2003).

Outro acontecimento histórico importante para o movimento cooperativista no mundo é a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895, na cidade de Londres na Inglaterra (NICÁCIO, 1997). Esse fato corrobora a ideia de que o ideal cooperativista foi fortemente discutido na Europa ao longo do século XIX, tendo importantes repercussões no

Brasil com a vinda dos imigrantes. A ACI foi uma das primeiras organizações não governamentais a possuir uma cadeira na ONU, fato que ocorreu em 1946 (CORDEIRO, 2001).

Já no Governo Vargas, na década de 1930, o modelo econômico agroexportador é ameaçado pela crise de 1929. Como destaca o texto do Alves (2003, p.22) “o modelo primário exportador da economia nacional passou, nesta época, a ser contestado com mais veemência por membros da elite, principalmente pelos industriais paulistas”. Em vista disso, Getúlio Vargas passa a intervir na economia de forma mais enérgica, tanto na tentativa de manutenção do preço do café quanto no início das políticas de substituição de importações. Em relação ao café, Furtado (2009, p. 271) explica a política de compra e destruição de parte da produção:

Fazia-se indispensável evitar que os estoques invendáveis pressionassem os mercados acarretando maiores baixas de preços. Era essa a única forma de evitar que o equilíbrio fosse obtido à custa do abandono puro e simples da colheita, isto é, com perdas concentradas nos setor cafeeiro. [...] Ora, como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que se retirasse do mercado parte do café colhido para destruí-lo. Obtinha-se, desta forma, o equilíbrio entre a oferta e a procura em nível mais elevado de preços.

O Estado passa, também, a incentivar outros setores da economia e, no meio rural, o cooperativismo se torna uma porta para diversificação de culturas. Veras Neto (2001, p.104) argumenta que “o estímulo ao cooperativismo objetivava principalmente garantir o surgimento de uma camada de pequenos proprietários”. Dessa forma, o liberalismo do período anterior passa a ser substituído por uma política intervencionista, que observa a importância do Estado para o desenvolvimento de setores chave da economia. Além disso, o Alves (2003, p. 23) constata:

Embora as políticas de manutenção do preço internacional do café tenham sido aprofundadas no período, a enorme escassez de divisas que caracterizou toda a década de 1930 acabou desencadeando, ainda que de forma não-sistemática, um processo de substituição de importações, principalmente no setor de bens de consumo não-duráveis. O Estado getulista também foi marcado por uma crescente regulamentação das relações econômicas, abrangendo desde as relações de trabalho até o cooperativismo.

O Decreto nº 22.239, promulgado em dezembro de 1932, foi de extrema importância para que o Estado reconhecesse essas instituições e suas características específicas. Segundo a UNIMED (2008, não paginado), “[...] essa medida estimulou o movimento cooperativista, que se desenvolveu ainda mais com o incentivo do governo Getúlio Vargas (1930-1945) [...]”. Essa lei proporcionou a liberdade para a constituição e funcionamento das cooperativas com suas doutrinas e regimentos próprios, o que identifica, pela primeira vez, o entendimento do

Estado sobre essas organizações. Esse decreto, que fora revogado em 1934, foi restabelecido em 1938. Em 1943, foi novamente revogado, para ser restabelecido em 1945 e permanecer até 1966 (SESCOOP/PI, 2006). A partir desse decreto, o governo passou a incentivar a criação e expansão das cooperativas, com isenção de impostos e simplificação de suas funções. Contudo, Nicácio (1997, não paginado) observa:

Por esse motivo, o cooperativismo agrícola deixou de ser um movimento legítimo dos produtores, passando a ser um instrumento governamental, que procurava a organização dos produtores agrícolas, de acordo com os padrões do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo.

Nicácio (1997) cita Duarte (1986)³ para argumentar que essas transformações ocorridas no meio rural tinham o objetivo de produzir alimentos para o mercado interno, diminuindo os custos da força de trabalho do setor industrial e urbano. As cooperativas se desenvolvem, segundo Gonçalves e Vegro (1994), com estímulo do Estado para enfrentar a crise que se apresenta na década de 1930. Dessa forma, as cooperativas eram utilizadas como um mecanismo tanto para suprir o meio urbano quanto para organizar produtores, atendendo aos interesses do governo e de grandes grupos econômicos. Observa-se uma interessante análise de Nicácio (1997, não paginado) citando Fleury (1983)⁴:

[...] sob a óptica econômica o cooperativismo representou o elemento fundamental do processo de modernização agrícola, facilitando sua integração no mercado. Em termos ideológicos, pelo seu conteúdo doutrinário o cooperativismo revestia-se de um caráter reformista necessário para justificar suas intervenções na economia, que seriam feitas em nome das classes menos favorecidas. Assim, as forças produtivas seriam desenvolvidas e as tensões e conflitos sociais seriam mantidos nos limites do politicamente tolerável para os interesses do governo populista.

Devido a grande intervenção estatal, as cooperativas passaram a não priorizar as necessidades do mercado, além de não obter controle absoluto sobre a própria produção e comercialização. Esse fato acarretou, na década de 40, a estagnação e o fechamento de várias cooperativas (NICÁCIO, 1997). Porém, o processo de industrialização observado nas Regiões Sul e Sudeste, durante esse período, colaborou muito para a manutenção de alguns setores agrícolas, devido à necessidade de abastecimento de alimentos e matérias-primas nesses centros, bem como a própria busca do setor agrário por bens industriais (NICÁCIO, 1997). O final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, permitiu o restabelecimento do comércio internacional, fato que impulsionou o desenvolvimento de várias cooperativas, principalmente

³ DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul**: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. L&PPM/ANPOCS, Porto Alegre, RS, 1986.

⁴ FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, Global, São Paulo, 1983.

aquelas agrícolas exportadoras (FEBRACOOOP, s.d.). Nesse período, a organização de cooperativas permitiu a reconstrução de diversos empreendimentos, além de amenizar os conflitos no campo.

A década de 1950 marcou profundas mudanças no setor agrário brasileiro e, conseqüentemente, nas cooperativas rurais. No início dessa década, o Governo Vargas criou o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), disponibilizando vários incentivos a essas instituições que seriam muito importantes ao desenvolvimento da economia como um todo (SINTARGS, s.d.). Em 1956, já no Governo Juscelino Kubitschek, foi criada a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO). Devido a divergências internas, esse órgão se dividiu, surgindo também a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP). Segundo Nicácio (1997), essa cisão foi muito prejudicial ao movimento cooperativista, fazendo com que a representação dessas entidades perdesse força durante esse período.

Veras Neto (2001) destaca, ainda, a importância para o Estado do movimento cooperativista com o intuito de apaziguar o clima de tensão provocado por ligas camponesas revolucionárias que haviam sido criadas durante a década de 50. Segundo este autor, essas associações – civis e sem fins lucrativos – possuíam:

[...] ao contrário do movimento cooperativo, nítida influência dos movimentos socialistas de cunho marxista que, influenciados pela revolução cubana, buscavam naquele momento uma reforma agrária radical, sob o controle dos trabalhadores. (VERAS NETO, 2001, p.104)

Com isso, percebe-se que o incentivo estatal às cooperativas funcionou, também, como uma estratégia política, sendo utilizado o arcabouço teórico do movimento cooperativo – solidariedade, humanismo, entre outros – porém não observando a independência em relação ao Estado.

O modelo de desenvolvimento econômico caracterizado pela busca de capitais estrangeiros e políticas de desenvolvimento industrial de bens duráveis, dependia das divisas geradas pelas exportações, que eram fundamentalmente de bens agrícolas (NICÁCIO, 1997). Seria necessária, com isso, a modernização tecnológica da agricultura, capaz de aumentar a produtividade, abastecer o mercado interno e gerar divisas. Sobre esse fato, Alves (2003, p. 24) constata:

Entre os vários entraves à superação do estágio de subdesenvolvimento em que se encontrava a economia brasileira, o diagnóstico que deu origem ao Plano de Metas (1956-61) identificava o baixo nível de produtividade da agricultura nacional. Portanto, para que o objetivo de aprofundar o grau de industrialização do país fosse exequível, seria essencial a modernização da agricultura nacional, que ainda era conduzida segundo moldes tradicionais. Isso permitiria não apenas a liberação de

mão-de-obra para as atividades urbanas, como também o barateamento dos alimentos, o que ajudaria a conter os custos de reprodução da força de trabalho. O aumento da produtividade no campo também tornaria a produção nacional mais competitiva internacionalmente, o que poderia contribuir para aumentar as exportações e diminuir as importações de alimentos e matérias-primas agrícolas, permitindo, assim, que as reservas internacionais fossem usadas na importação de bens de capital para equipar a indústria em processo de implantação.

Cabe lembrar que o meio rural possuía, cada vez mais, a característica de consumidor de produtos industrializados. Nicácio (1997, não paginado) observa, com isso, a transformação de cooperativas agrícolas em empresas cooperativas, devido ao incentivo governamental para a modernização e aumento de produtividade. Esse autor cita Valadares (1990)⁵ para explicar que:

[...] as cooperativas desenvolveram uma política de integração horizontal e vertical, aumentando sua participação no complexo agroindustrial e concorrendo diretamente com as agroindústrias da cadeia agroalimentar. Isto fez com que aumentasse o poder de barganha das cooperativas frente aos concorrentes e acirrasse as divergências e a oposição dos setores da agroindústria e do comércio que concorrem diretamente com as cooperativas.

A região Sul passou, no final da década de 1950, por uma forte intervenção estatal que, com o intuito de modernizar a agricultura, estimulavam o cooperativismo empresarial – principalmente de soja e trigo (DUARTE; WEHRMANN, 2006). A partir da década de 1960, percebe-se que algumas pequenas cooperativas coloniais baseadas na agricultura familiar – tipicamente tritícolas – são incorporadas por cooperativas empresariais, vinculando esses pequenos agricultores a uma “articulação funcional” (DUARTE; WEHRMANN, 2006).

Durante a década de 1960, principalmente durante o período da Ditadura Militar, a “Revolução Verde” se intensificou. Essa política agrícola que apresentava como principal característica à modernização dos meios de produção no campo – com fertilizantes químicos, máquinas e equipamentos, agrotóxicos, melhoramento genético, etc – fazia parte de uma estratégia de modernização econômica do país como um todo, que incluía investimentos em industrialização (principalmente da Região Sudeste) e em infraestrutura (estradas, ferrovias, energia, etc) (ANDRADES; GANIMI, 2007). Dessa forma, as cooperativas agrícolas apresentavam um importante papel estratégico nesse contexto, visto que através dessas associações o Governo Federal conseguia intervir de forma direta nas questões agrárias. Cabe lembrar que essa política agrícola, que contribuía para expandir a produção de alimentos, foi um importante fator observado nesse período para controlar pressões inflacionárias, visto que o aumento da oferta seguraria os preços desses bens (HERMANN, 2011). Outra medida

⁵ VALADARES, José Horta. Cooperativismo e Capitalismo, in: **Curso de Formação de Dirigentes de Cooperativas** - Módulo 1, FORMACCOP, Curitiba, PR, 1990.

importante para estimular a produção e a produtividade agrícola foi a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que colaborou para a modernização agrícola (LUCENA; SOUZA, 2001).

Essas medidas, que inicialmente foram propulsoras para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, foram, no longo prazo, geradoras de crises estruturais desse modo de produção. Como salienta Nicácio (1997, não paginado):

O controle do governo na integração da agricultura com a agroindústria resultou na dependência e na subordinação da agricultura, tornando-a economicamente inviável sem os recursos e o apoio do poder público, que passou a regular a produção por meio do crédito ou subsídios de acordo com um sistema de classificação. Essa intervenção é definida como um apoio seletivo de produtos e produtores, isto é, são selecionadas as condições técnicas e sociais em que se realiza a produção.

Durante o primeiro governo militar, de Castelo Branco, através do Decreto-Lei nº 59, de 1966, regulamentado pelo Decreto nº 60597, de 1967, além de definir as políticas nacionais de cooperativismo, é criado o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) (COOPEDER, 2003).

No final da década de 60, o Ministério da Agricultura (comandado por Sr. Luiz Fernando Cirne de Lima) iniciou o trabalho de unificação dos dois órgãos que representavam o cooperativismo no Brasil – UNASCO e ABCOOP. Dessa forma, observando a necessidade de fortalecer o movimento cooperativista, é criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) - sociedade civil, sem fins lucrativos, com neutralidade política - e suas ramificações estaduais. Essa disposição das representações das cooperativas permanece em voga até os dias de hoje. Segundo NICÁCIO (1997, não paginado):

A proposta para a criação da OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras - nasceu durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo (Belo Horizonte, 1969), com a decisão de apelar o governo para a substituição da legislação cooperativista em vigor, de forma a incorporar os princípios aprovados em 1966 no congresso da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, e a criação obrigatória, pelas cooperativas, de fundos de educação e de desenvolvimento, através da destinação do resultado das operações de crédito das entidades e de seus cooperados.

Em dezembro de 1971, foi promulgada a Lei 5.764 que “substituiu toda a legislação anterior a respeito do Cooperativismo e reuniu os vários aspectos do movimento, incluindo a unificação do sistema em torno da representação única pela OCB” (OCB, 2008). A partir dessa lei, o cooperativismo tornou-se um sistema organizado, com uma representação nacional centralizada e representações estaduais específicas. Essas organizações eram fiscalizadas, controladas e fomentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) (OCB, 2008).

Observa-se, contudo, que o modo de regulamentação na qual as cooperativas estavam sujeitas não permitia um modelo autogestionário, já que o Estado se fazia presente através da OCB. Esse fato respalda o argumento de que o forte intervencionismo governamental nessas instituições foi prejudicial para que elas tivessem se organizado e aumentado a sua competitividade. Crúzio (1999, p. 21) explicita essa crítica, colocando que:

Os problemas relacionados com a dimensão da organização cooperativa começam com o paradoxo da proposta de “autogestão” em relação à intervenção no movimento. Por exemplo, a “Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB” defende que “o cooperado, através de sua participação ativa, direcione as atividades da cooperativa para os interesses que lhes dizem respeito”. Por outro lado, estabelece que “o sistema, através da coordenação nacional, definirá as diretrizes que embasarão a execução da autogestão. Tais políticas são contraditórias porque a autogestão, proposta pelo modelo original prevê a autocoordenação nas cooperativas, isto é, um governo independente.

Além desses aspectos gerenciais – de problemas de coordenação interna das cooperativas – torna-se de grande relevância explicar, também, os aspectos conjunturais da economia brasileira que irão, na década posterior, colocar o país – e consequentemente as cooperativas agropecuárias – em grandes dificuldades econômicas. Observa-se, com isso, que a política desenvolvimentista adotada pelo governo Médici (1969-1974) – no decorrer do “milagre econômico” – foi financiada, em grande parte, pela dívida externa contraída junto aos países industrializados, em especial os Estados Unidos (HERMANN, 2011). Dessa forma, a contrapartida de uma aceleração rápida do crescimento econômico foi a vulnerabilidade financeira externa da economia, que se tornava mais sensível aos revezes internacionais. Segundo Hermann (2011, p. 75):

Para cumprir os encargos da dívida é necessário: gerar superávits comerciais, para compensar (total ou parcialmente) as despesas financeiras, controlando, assim, os déficits em conta corrente; e/ou captar novos recursos no mercado externo, refinanciando a dívida, de modo a compensar os déficits correntes com superávits na conta de capital.

Durante a década de 1960, as exportações brasileiras de produtos agropecuários – inclusive de produtos agrícolas industrializados – cresceram significativamente, respondendo aos grandes incentivos para esse setor disponibilizado pelo governo (LUCENA; SOUZA, 2001). Enquanto que em 1966 as exportações brasileiras correspondiam a US\$ 1,7 bilhão, em 1973 esses valores subiram para US\$ 6,2 bilhões – sendo a soja um dos grandes propulsores desse crescimento. Por outro lado, pode-se observar que as importações cresceram em proporções maiores, passando de US\$ 1,3 bilhão para cerca de US\$ 6,2 bilhões, no mesmo intervalo de tempo (GIANNASI, 2011). Percebe-se, com isso, que o Brasil deixou de ser um

país superavitário no decorrer desses oito anos, mesmo que o comércio internacional tenha apresentado uma forte expansão durante esse período.

Dessa forma, o Brasil passa a sentir, já no final de 1973, os efeitos das crises internacionais. O primeiro “choque do petróleo”, ocorrido em dezembro daquele ano, foi provocado pelos países do Oriente Médio – membros da OPEP – com um aumento brusco nos preços do barril do petróleo, em reação ao apoio dos EUA a Israel na Guerra do Yom Kippur (SHIKIDA; BACHA, 1998). Além das dificuldades já inerentes ao aumento do preço do petróleo – que quadruplicou – o Brasil sofreu também com o aumento das taxas reais de juros operados no mercado internacional a partir desse momento (HERMANN, 2011). Como salienta Fishlow (1986), esse acontecimento foi realmente de grande preocupação para o Brasil, já que 80% de suas necessidades energéticas provinham das importações do petróleo e o aumento dos juros colocaria, também, outro empecilho financeiro para o país que se encontrava muito endividado. Além disso, a inflação que estava declinante nos períodos anteriores – em parte pela política de aumento salariais inferiores à produtividade – agora apresentava pressão de elevação devido à demanda aquecida e à liquidez do mercado financeiro (FISHLOW, 1986). O governo foi obrigado, também, a eliminar o controle de preços de alimentos, já que isso estava gerando um forte mercado negro, além de cortar subsídios ao petróleo (SIMONSEN, 1985).

Os elevados gastos com o petróleo colocavam em xeque o crescimento econômico observado nos anos anteriores, já que sobravam poucos recursos para importar equipamentos e bens intermediários (FISHLOW, 1986). A preocupação do governo Geisel (1974-1979) de manter a institucionalidade do governo militar dependia da manutenção dessas taxas de crescimento em níveis similares aos dos anos do “milagre” (FISHLOW, 1986). Para isso, foi lançado, em meados de 1974, o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Esse ousado plano de ajuste estrutural da economia - que tinha como objetivo superar os “pontos de estrangulamento” (infraestrutura, bens de produção, energia e exportação) - andava na contramão do consenso econômico internacional, que previa um período de ajuste conjuntural recessivo, adotado por vários países (MENEZES, 2007). A escolha de Geisel pelo caminho desenvolvimentista se mostrou importante para o aprofundamento do processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), visto que o diagnóstico das causas da crise não remetia aos aspectos conjunturais temporários, e sim, à falta de infraestrutura do complexo industrial brasileiro. O controle da inflação seria realizado com uma política de *stop-go*, na qual o desequilíbrio deveria ser controlado com eventuais restrições monetárias, como destaca Fishlow (1986, p.512):

As entradas de capital transformaram-se no mecanismo central de conciliar os objetivos de crescimento e estabilização. Era essa difícil combinação de investimentos governamentais, aperto monetário e endividamento externo crescente que dominava a partir de meados de 1976.

As dificuldades financeiras durante o primeiro choque do petróleo foram amenizadas pela expansão da entrada de “petrodólares” no mercado financeiro internacional: os países membros da OPEP começaram a enviar divisas para países industrializados, em busca de retorno financeiro. Segundo Hermann (2011, p.77):

O ingresso de capital estrangeiro nesses países (industrializados) promoveu forte expansão dos recursos à disposição dos bancos locais, estimulando seu “apetite” por investimentos de maior risco, já que, naquele período, a regulamentação financeira impunha “tetos” às taxas de juros das operações domésticas. Assim, os petrodólares acabaram financiando os déficits em conta corrente de países endividados, como o Brasil.

Dessa forma, o Brasil encontrou, no financiamento externo, recursos para viabilizar investimentos públicos. Os investimentos privados seriam financiados, principalmente, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Com isso, pode-se perceber o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira ao passo que o endividamento externo (e as despesas financeiras embutidas nessa dívida) se acelera no período de 1974 a 1978. Cabe salientar aqui, a estratégia de ampliar a infraestrutura e a comercialização agrícola, que buscavam aumentar a oferta para o mercado interno assim como expandir as exportações (HERMANN, 2011).

O primeiro ano de governo do presidente da república João Figueiredo (1979-1984) foi marcado por manutenção do crescimento vigoroso da economia (completando 12 anos consecutivos) e endividamento externo (HERMANN, 2011). Em meados daquele ano, o segundo choque do petróleo marcaria o cenário internacional, provocando medidas restritivas das economias industrializadas com rápidas elevações de suas taxas de juros (HERMANN, 2011). Esse acontecimento refletia, mais uma vez, a vulnerabilidade externa brasileira. O crescimento considerável do PIB nos anos de 1979 e 1980 (taxa média de 8% ao ano) foi resultado do aumento das exportações (devido às maxidesvalorizações cambiais) e pela finalização dos projetos do II PND que já estavam em curso (por isso considerado um crescimento inercial) (HERMANN, 2011). Apesar de pouco populares no Brasil, as medidas ortodoxas restritivas se tornavam inevitáveis, mesmo com a substituição do Ministro do Planejamento, Simonsen (que pretendia executar essas medidas de cunho neoclássicas) pelo Delfim Netto (que prometia manter o elevado crescimento com políticas keynesianas) (HERMANN, 2011; FISHLOW, 1986).

Em 1979 a inflação se tornou grande preocupação para a economia brasileira, ultrapassando pela primeira vez a casa dos 3 dígitos. No final daquele ano o clima de instabilidade econômica se fazia presente na sociedade, ao passo que as políticas desenvolvimentistas do ministro Delfim Neto não obtinham os resultados esperados (SIMONSEN, 1985). Nas palavras de Fishlow (1986, p. 23):

A tentativa de Delfim Netto no sentido de recriar o milagre passado frustrou-se logo. Mas ele persistiu e, numa notável reversão, abandonou completamente suas iniciativas heterodoxas de 1979, optando pela austeridade ortodoxa em novembro de 1980. Depois de anos de insistência de que era impossível a recessão no Brasil, ela finalmente ocorreu, e foi mais duradoura do que tinha sido antecipada, em parte devido a extensão da deterioração da economia internacional.

Com isso, percebe-se o clima de instabilidade econômica formada no início dos anos 1980 que resultou em uma política ortodoxa de contenção de gastos durante essa década. Embora se possa observar o grande crescimento de cooperativas agropecuárias até esse período, percebe-se que esse desenvolvimento vinculado ao Estado acabou colocando essas organizações em grandes dificuldades, na medida em que o governo não consegue manter esses incentivos e que as cooperativas não conseguem formular um gerenciamento competitivo. Em vista disso, os anos que seguem – da década de 1980 até meados da década de 1990 – diversas cooperativas agropecuárias irão passar por graves problemas financeiros, mesmo que o setor agroindustrial tenha apresentado crescimento durante esse período. Embora não seja o foco deste trabalho, cabe destacar que alguns fatores específicos de algumas cooperativas – como a corrupção de gerentes e a ineficiência produtiva – influenciaram de forma significativa para o fracasso de algumas dessas organizações e colaboraram para um clima de desconfiança em torno dessas instituições.

3 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA NA DÉCADA DE 1980

A década de 1980 aparece, na história brasileira, como um período de grande relevância para a evolução do movimento cooperativista e da economia solidária quando a crise econômica vivenciada pelo país obrigou uma reestruturação das formas de gerenciamento, que evidenciaram uma alternativa àquela vigente no capitalismo tradicional. Foi nesse período que as cooperativas agropecuárias passaram por grandes dificuldades econômicas que, nos períodos posteriores, resultaram na reestruturação do setor.

Os motivos pelos quais as cooperativas enfrentaram esses problemas são diversos, porém podem ser basicamente abrangidos em dois pontos principais. O primeiro pode ser entendido como a própria estrutura interna de funcionamento de várias cooperativas que, protegidas por um “paternalismo estatal”, permitiram um crescimento irregular, com má administração e falta de engajamento de seus associados. O segundo fator que contribuiu para essa crise foi o contexto de instabilidade econômica que vivenciava o Brasil durante esse período. Essas duas questões foram complementares e determinantes para um período de grandes dificuldades enfrentadas pelo setor agrário-cooperativo brasileiro.

Pode-se observar, também, que devido à falência de várias indústrias nesse período, muitos trabalhadores encontram na economia solidária um meio de enfrentar as adversidades econômicas e sociais no meio urbano. Assim, as cooperativas de trabalho do meio urbano baseadas na economia solidária ganham espaço durante os “anos perdidos” da economia nacional, trazendo à tona a importância dos princípios fundamentais do cooperativismo. Com isso, mesmo sendo muito diferentes das organizações rurais, será discutido o fortalecimento da economia solidária no meio urbano para explicitar a possibilidade de se praticar formas alternativas de produção em um contexto capitalista e de forte concorrência econômica. As organizações de economia solidária surgem também no meio rural, principalmente através de assentamentos do Movimento Sem-Terra (MST). O MST, que surgiu como forma de resistência de trabalhadores e de busca por melhor distribuição de terras, organiza diversas de suas propriedades conquistadas através de cooperativas baseadas na economia solidária, sendo, dessa forma, um bom exemplo desse tipo de organização no meio agrário do país.

Será realizada, nesse capítulo, uma contextualização político-econômica a fim de esclarecer os acontecimentos relacionados às cooperativas e à economia solidária como resultados de políticas realizadas pelo governo federal e eventos de caráter internacionais. À luz dessa contextualização, será discutida a crise do cooperativismo agropecuário ocorrida nesse período e suas principais causas. Na última sessão desse capítulo, será colocada a

questão do fortalecimento da economia solidária frente à crise econômica que afligiu muitos trabalhadores durante a década de 1980.

3.1 Contexto político-econômico: causas e consequências da “década perdida”

O contexto político-econômico da década de 1980 é de grande relevância para compreender as mudanças ocorridas nas gestões administrativas e nos modos de produção das cooperativas no meio agrícola. A crise da dívida externa aliada à crise internacional foram alguns dos fatores determinantes para um período de recessão da economia nacional e de forte pressão inflacionária, que obrigaram a tomada de medidas ortodoxas contracionistas pelo último governo militar, comandada pelo presidente Figueiredo (1979 – 1985).

Diante do cenário de alto endividamento e da crise energética internacional, a década de 1980 começa, no Brasil, com uma política-econômica claramente recessiva. Como analisa Fishlow (1986), o governo restringe a oferta monetária (com uma liquidez limitada) e eleva as taxas reais de juros (entre 40% a 45% ao ano). Ainda segundo esse autor, observa-se uma redução da produção das empresas com o intuito de reduzir estoques dispendiosos, além de uma queda dos investimentos privados e das estatais. A taxa de juros passou de 77,2% para 110,2% ao ano entre 1979 e 1980, reduzindo os subsídios implícitos nos empréstimos rurais (LUCENA; SOUZA, 2001). O PIB, entre 1980-81, apresentou redução de 1,6% e o desemprego urbano se tornou aberto, provocando um período de queda acumulada da renda comparável à da Grande Depressão (FISHLOW, 1986).

A partir de 1981, o Brasil passou a sofrer constantes perdas das suas reservas internacionais devido à alta dos juros praticados no exterior. Constata-se, também, que após a moratória do México em 1982, o risco relacionado aos países endividados, como o Brasil, passou a ser considerado muito alto, o que não atraía capital suficiente para cobrir as novas despesas (HERMANN, 2011; LAIDLER, 2006). Com isso, o Brasil passa a se tornar dependente dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs maior rigor à política monetária restritiva (HERMANN, 2011; LAIDLER, 2006). Segundo Fishlow (1986), o programa do Fundo recebeu inúmeras críticas devido às onerosas taxas de juros pagas ao exterior, assim como o Fundo se mostrava insatisfeito com o desempenho do Brasil (devido a descumprimentos de metas). A instabilidade do período crescia concomitantemente com a inflação, que chegava à casa dos 200% em 1983 (FISHLOW, 1986). As diversas

tentativas de ajuste, durante esse período, sempre se mostravam mais custosas do que os seus benefícios. Hermann (2011, p. 93-94) faz uma interessante síntese desses acontecimentos:

As experiências frustradas de ajuste externo do período de 1979-84 refletiram uma característica do desequilíbrio externo brasileiro negligenciada no modelo de ajuste recessivo: o fato de que grande parte do aumento do déficit em conta-corrente a partir de 1979 – e quase a totalidade desse aumento a partir de 1981 – refletia o crescimento exógeno dos encargos da dívida externa, explicado pelos elevados juros internacionais. O mesmo ocorria com as contas públicas nesse período: o aumento do superávit primário e a redução do déficit operacional nos primeiros anos da década de 1980 não foram acompanhados de redução do déficit nominal (e portanto, da dívida do setor público) porque os encargos financeiros da dívida subiam, devido a correção monetária e cambial.

A partir da segunda metade da década de 1980, com o fim do governo militar, o Brasil passa por um longo período de tentativas de ajuste e estabilização da inflação. Durante os 5 anos de governo do presidente José Sarney foram lançados três planos de estabilização (Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão) que não obtiveram sucesso na contenção dos preços no longo prazo. O PIB, contudo, cresceu significativamente entre 1985-1989 (24% acumulado, destacando-se nos dois primeiros anos) (CASTRO, 2011).

Na agricultura, as constantes elevações da taxa de juros e a indexação dos financiamentos passam a não refletir no crédito rural um mecanismo de fomento ao setor agrícola (LUCENA; SOUZA, 2001). O principal mecanismo de apoio a esse setor passa a ser, em 1985, a política de garantia de preços mínimos (PGPM). Nas palavras de Lucena e Souza (2001, p.59):

Através da garantia de um preço mínimo para o produto, pretende-se proteger o setor agrícola contra as oscilações acentuadas de preços na época de comercialização da safra e, dessa forma, assegurar um nível mínimo de renda para o produtor rural. A PGPM foi responsável pela elevação da produção de grãos no País, política que se complementa com os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGE).

O Plano Cruzado, conhecido como “Choque Heterodoxo”, diagnosticou a inflação como sendo inercial, vinculada as expectativas dos agentes quanto à inflação futura e a indexação de contratos. A reforma monetária (Cr\$ 1.000 = Cz\$ 1), o congelamento de preços, a nova política de ajuste salarial, entre outras medidas adotadas, resultaram em um grande sucesso de curto prazo, com a redução drástica da inflação, aumento do emprego e ganhos salariais reais pela população (CASTRO, 2011). Contudo, já no ano seguinte, a pressão da demanda era imenso. O problema da oferta se tornou visível, ao passo que a escassez de produtos e a ampliação de um mercado paralelo pressionavam o crescimento da inflação.

Em 1986 foi lançado o Cruzado II, que permitiu o fim do congelamento no ano seguinte e a volta da inflação – que chegava na casa dos 16,8% em janeiro de 1987. Conforme constata Castro (2011, p.115), “com a expressiva piora das contas externas, foi decretada, em fevereiro de 1987, moratória dos juros externos, o que diminuiu ainda mais a entrada de recursos externos no país”.

Em junho de 1987, o novo ministro da Fazenda, Luíz Carlos Bresser Pereira, anuncia o novo plano de estabilização, que pretendia corrigir os erros do Cruzado (BRESSER-PEREIRA, 1991; CASTRO, 2011). Considerado um plano híbrido (com elementos ortodoxos e heterodoxos) o Plano Bresser buscava produzir um choque deflacionário na economia, que obteve certo sucesso inicial. Contudo, novas pressões inflacionárias estavam se encaminhando, ao passo que os receios por novos congelamentos faziam com que preços fossem remarcados de forma preventiva, além de reajustes salariais para categorias do serviço público, que não permitiram a redução dos déficits do governo (CASTRO, 2011). Apesar de uma flexibilização cambial ter melhorado as contas externas, Bresser Pereira não conseguiu conter a elevação de preços, pedindo demissão do cargo de Ministro no início de 1988.

Assume então, o cargo de Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que busca implementar uma série de medidas ortodoxas gradualistas – conhecidas como “Política do Feijão com Arroz”. A tentativa de contenção de gastos por parte do governo (contensão de salários do funcionalismo público, por exemplo) encontraram dificuldades de serem colocadas em prática, já que a nova “Constituição Cidadã” promulgada em 1988 previa, conforme Castro (2011, p.118):

[...] crescimento da vinculação de receitas do governo; redução dos gastos federais no total dos gastos do governo, redução da participação dos gastos federais no total do gasto público, diminuindo com isso a sua capacidade de controlar os dispêndios; e incremento das despesas com Previdência.

No final da década de 1980 se buscou, mais uma vez, outra resposta às pressões inflacionárias, agora com o Plano Verão - de janeiro de 1989. Esse Plano tentou desindexar radicalmente a economia da inflação passada. Pretendia-se utilizar algumas medidas ortodoxas como: redução das despesas de custeio, reforma administrativa para reduzir custos, limitações de emissões de títulos pelo governo e medidas de restrições de crédito. Algumas medidas heterodoxas também estavam na pauta, como o congelamento de preços e salários por prazo indeterminado (CASTRO, 2011; HORN; HERRLEIN JÚNIOR, 1989). Além disso, foi introduzida nova moeda (o Cruzado Novo, que se equivaleria a mil Cruzados) com paridade com o dólar de 1/1 (CASTRO, 2011). Assim como os outros planos, o Verão não

logrou sucesso em conter a elevação de preços, que no início de 1990 ultrapassava 80% ao mês.

Uma interessante análise realizada por Rezende (1992) sobre a característica peculiar dos preços de produtos agrícolas inversamente correlacionados com a inflação demonstra a influência desses bens durante as tentativas de ajuste econômico na década de 1980. Esse autor explica a troca de papéis entre os preços agrícolas e os industriais em momentos de congelamento de preços e de aumento da inflação. Os produtos industriais seriam, de acordo com essa constatação, propulsores de expectativas inflacionárias ao passo que incorporam na formulação de seus preços a inflação passada. Já os preços agrícolas, pela característica mencionada anteriormente, amenizam os efeitos inflacionários em períodos “explosivos”, contudo, nos períodos de congelamento de preços, exercem uma força desestabilizadora (REZENDE, 1992).

Em vista desses fatos, poderão ser compreendidas com maior clareza as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas agropecuárias durante a década de 1980. Poderá ser entendido que, diante de uma crescente instabilidade econômica, o governo limita sua participação ao subsídio desse setor, deixando clara a sua desvinculação na Constituição de 1988.

3.2 A crise do Cooperativismo Agropecuário

Os contextos políticos e econômicos afetavam diretamente as cooperativas agropecuárias durante a década de 1980. A crise financeira vivenciada pelo país acarretou em políticas ortodoxas nas quais o governo se viu obrigado adotar, cortando gastos e aumentando as taxas de juros. Isso se refletiu no abandono do padrão protecionista que o Estado exercia sobre essas instituições e, devido à falta de uma estrutura organizacional bem preparada, as cooperativas acabam enfrentando grandes dificuldades econômicas no decorrer da década de 1980 e no início da década de 1990.

Para entender as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas agropecuárias durante esse conturbado período, é preciso compreender a sua estrutura formal – por quotas parte – na qual os seus associados tomam decisões conjuntamente através de assembleias. Devem-se destacar as importantes diferenças – sob a ótica do poder de decisão e estratégias empresariais – dessas entidades daquelas grandes empresas do agronegócio, que podem se caracterizar em dois tipos principais: como oligopsônios na compra e como oligopólios na venda (GONÇALVES; VEGRO, 1994). É fundamental destacar que, enquanto as cooperativas apresentam interesses sociais – com a integração de agricultores para melhorar a qualidade de

vida – as empresas capitalistas apresentam, no seu maior interesse, a maximização de lucros. Essa diferenciação pode ser importante para compreender o motivo pelo qual a agricultura obteve taxas de crescimento da produção superior as dos outros setores durante esse período, sem representar, contudo, maior estabilidade para muitas cooperativas agropecuárias.

Pode-se lembrar, com isso, que as empresas caracterizadas como oligopsônios, representadas, segundo Gonçalves e Vegro (1994,.) por empresas comerciais (sociedades por ações), exercem o papel de intermediadores da cadeia produção/consumo. Segundo esses autores:

O capital comercial concentrou-se de maneira a constituir poderosas empresas comerciais que oligopsonicamente adquirem produtos nas regiões agrícolas e, dominando pontos estratégicos da distribuição, promovem a venda nos centros urbanos. A lógica dessa forma de capital é comprar barato e vender caro, numa atividade especulativa constante. Não atuando endogenamente à produção de maneira a impulsionar o progresso tecnológico, pois não tem compromisso com quem produz, o capital comercial ganha mais em mercados especulativos com alterações bruscas de cotações, especulando com estoques. [...] É importante destacar que as relações contratuais dessa intermediação com os agricultores são praticamente nulas, limitando-se à compra do produto na safra. Ao contrário, diversos constrangimentos de dependência colocam esse comprador em posição vantajosa frente aos vários vendedores dispersos. Não há compromisso de aquisição da safra, nem são fixados quaisquer indicadores prévios para a determinação do preço, prevalecendo "a lei da oferta e da procura". (GONÇALVES; VEGRO, 1994, p.59)

O outro tipo de organização, caracterizadas como oligopolista na venda, são aquelas que possuem predominância de capital produtivo e uma dependência com o abastecimento de insumos agropecuários para beneficiamento e, assim, conferem o grau de industrialização à agricultura. Essas empresas possuem uma relação mais estável com os produtores agropecuários, ao se comparar com as de capital comercial. Contudo, pode-se observar que em situações adversas, essas empresas podem transferir capital de giro para o mercado financeiro, ainda que exista “o limite da liquidez nula do investimento realizado na planta industrial, que impede a saída rápida de dado ramo sem que essa represente perdas palpáveis” (GONÇALVES; VEGRO, 1994, p.60). Devido à característica endógena no processo produtivo, essas empresas integradoras possuem uma preocupação com a eficiência dos fornecedores da matéria-prima (os fazendeiros). Esse fato não impede, porém, que essas empresas adotem estratégias que desfavoreçam os produtores do campo em detrimento de redução de custos e melhor alocação de seus recursos, como analisa Gonçalves e Vegro (1994, p.61):

As decisões sobre as estratégias a serem seguidas são tomadas, contudo, discricionariamente pelo detentor do poder acionário. Essa capacidade centralizada de tomar decisões sem consultar os "agropecuaristas integrados"

permite um processo de ajustamento que, se não tão ágil como o do capital comercial face ao capital fixo empregado, pode empurrar para trás os ônus dessa estratégia. Pode ser seletivo no conjunto dos "integrados" selecionando aqueles que mais interessam à diretriz a ser seguida ou ainda reduzir o nível de atividades com redução das quantidades em conjunturas desfavoráveis de mercado.

Dados esses fatos, pode-se constatar as grandes diferenças que as cooperativas possuem nas suas estratégias que devem priorizar os produtores rurais, permitindo menor flexibilidade de ajuste frente às instabilidades do mercado. Ainda nas palavras de Gonçalves e Vegro (1994, p.61):

As decisões fundamentais não podem, como ocorre nas sociedades por ações, ser tomadas sem o referendo da maioria do corpo associativo. Esse fato condiciona uma política interna de busca da adesão de parcela majoritária dos membros em torno de determinado projeto. O poder interno não está desse modo associado à presença econômica de cada membro, mas dependente da força econômica do conjunto dos associados.

Como mencionado do capítulo anterior, as décadas de 60 e 70 foram marcadas por uma forte intervenção estatal no campo, que instigou a “Revolução Verde” através de subsídios de crédito para estimular a grande produção agrícola, as empresas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola. (MOREIRA, 2000). Foi diante desse contexto que várias cooperativas agropecuárias buscaram uma expansão, passando a beneficiar os seus produtos agrícolas a fim de concorrer com as empresas oligopolistas de capital produtivo bem como evitar as intermediações das empresas de capital comercial.

Conforme destaca Silva et al. (2003, p.89), a participação direta do governo - sobre a produção e as finanças dessas instituições - acabou gerando grande dependência e baixa eficiência do setor:

[...] a nova configuração da economia marcada pelo cenário internacional de pós-guerra concorre para uma política governamental de incentivo das cooperativas de produção que desenha a partir do setor produtivo rural (mais significativo economicamente) um cooperativismo crescente, mas cada vez mais dependente das políticas do Estado. Face às políticas do Governo Federal concedendo isenções tributárias e facilidades de crédito, há um crescimento significativo de um movimento cooperativismo passivo que reage apenas aos estímulos de um modelo econômico determinado pelo Estado.

Essas políticas de intervencionismo direto resultaram em uma via dupla onde, se de um lado representava um estímulo protecionista de desenvolvimento, de outro fragilizava

estruturalmente e comprometia o poder de competição. Nesse sentido, Alves (2003, p. 29) argumenta que:

Ao arbitrar as taxas de lucro das cooperativas, através de isenções fiscais e crédito subsidiado, entre outros, o Estado reduziu a iniciativa de dirigentes e cooperados, assim como distorceu os preços relativos que vigoravam no mercado. Com isso, estimulou a implantação e a manutenção de cooperativas incapazes de sobreviver sem o amparo governamental, assim como incentivou investimentos inviáveis sob a ótica estritamente econômica.

Sob a forma de isenção de impostos, crédito facilitado (menores taxas de juros e prazos alongados) e cobrança de prestações de serviços a um custo inferior ao cobrado pelo mercado, o governo estimulou a expansão das cooperativas durante as décadas de 1960 e 1970 (ALVES, 2003; SILVA et al., 2003). Foi nesse período que surgiram as grandes cooperativas, através de fusões. Dessa forma, observa-se uma diminuição do número total de cooperativas (as menores foram sendo incorporadas pelas maiores), porém com um incremento significativo do número de cooperados (GONÇALVES; VEGRO, 1994). Observa-se que, não só o tamanho das cooperativas se alterou, mas a sua estratégia de produção. Essas instituições se modificam estrategicamente, passando para um processo de integração para frente – aumentando o valor agregado de seus produtos, evitando a intermediação comercial e passando por um processo de industrialização – ao invés da antiga estratégia apenas de comercialização (associações de compra e venda) (GONÇALVES; VEGRO, 1994). Ao passo que foi se tornando um instrumento de políticas governamentais – de estímulo ao modelo econômico agroexportador – as cooperativas se tornaram vulneráveis a uma eventual desregulamentação e à livre concorrência, fatos que ocorreriam na década de 1980.

Segundo Siqueira (2001), muitas assembleias realizadas dentro das cooperativas agropecuárias durante os anos de ditadura militar não passavam de mera aparência, já que as decisões ficavam, de fato, centralizadas nas diretorias – que eram diretamente influenciadas pelo governo federal. Ainda em relação à participação dos associados nas assembleias das cooperativas, Gonçalves e Vegro (1994, p.61) fazem uma interessante constatação, na qual permite observar o comportamento dos cooperados em distintos cenários econômicos:

Quando se trata de uma empresa cooperativa atuando numa economia em expansão, como os projetos são apresentados como uma ampliação da força econômica e com isto trazendo benefícios aos associados, os problemas são minimizados. As assembleias de cooperados chancelam as proposituras da direção quase sem questionamentos pois nas fases de crescimento as restrições são pequenas, facilitando inclusive a aprovação de projetos de rentabilidade econômica duvidosa. A agricultura brasileira dos anos 70 apresenta esse conjunto de características. As empresas cooperativas cresceram a taxas significativas nesse período de euforia, lastreadas em políticas públicas ativas como o crédito rural subsidiado.

Cabe lembrar que a criação da OCB (em 1969) e da “Lei do Cooperativismo” (em 1971), apesar de ter tornado clara as especificidades desse setor no Brasil, foram fatores marcantes para o aumento do poder estatal sobre essas organizações (SILVA et al., 2003). Como salienta Silva et. al. (2003), esses fatos ocorreram em um contexto de centralização política e autoritarismo durante a ditadura militar. Contudo, é importante destacar que, ao instigar o desenvolvimento das grandes cooperativas agropecuárias, o governo alcançava um número muito maior de beneficiados, fato de grande relevância em um contexto de grande desigualdade agrária que se encontrava o país (GONÇALVES; VEGRO, 1994).

A crise do cooperativismo carrega, dessa forma, uma preocupação que vai além da questão simplesmente econômica, já que essas instituições agregam um grande valor social (BENETTI, M., 1985). O alto grau de endividamento das cooperativas aliado ao mau desempenho da economia brasileira na década de 80 mudou o panorama dessas instituições que viram seus associados em conflito com os seus interesses. Gonçalves e Vegro (1994, p.62) desenvolvem sobre a lógica desse conflito:

As empresas cooperativas tinham de se ajustar para preservar a saúde financeira saldando compromissos pendentes e realizar um processo de expansão acompanhando a tendência da agricultura. Para isso era fundamental um reordenamento que implicava em repassar os ônus do ajuste ao conjunto dos cooperados, e essas estratégias não são pacificamente aceitas nas assembleias gerais. Emerge então o conflito entre a lógica da grande empresa e o universo de capitais que a constituíram. O nível de cooperação se resume à ação conjunta na montagem de uma estrutura integralizada que permite aos cooperados apropriarem-se de parcela mais substantiva do valor adicionado total no seu fluxo produção/consumo. Mas essa associação é tênue frente aos desafios do ajustamento a ser enfrentado pela grande empresa.

O conflito gerado entre cooperativa/cooperado em momentos de dificuldades econômicas é compreendido, já que a “razão de ser” da cooperativa é justamente apoiar o seu cooperado, que é na realidade parte da instituição e não pode ser percebido como um trabalhador a serviço da empresa. Seguindo essa lógica, Gonçalves e Vegro (1994, p.62) seguem a análise:

A grande empresa cooperativa não pode se transformar num fim, e com isso ganhar lógica própria diluindo dentro dela os capitais centralizados de seus cooperados. Face à inexistência de contratos prévios de produção e comercialização, não há como a cooperativa repassar o ônus de ajustamento, e quando isso acontece, ao funcionar como amortecedora da crise, ela acaba se complicando financeiramente.

Sem dúvida, ao se tratar de uma grande empresa capitalista, os interesses dos agricultores não seriam considerados ante uma decisão estratégica de enfrentamento da crise. Percebem-se, dessa forma, as vantagens competitivas que as empresas de capital produtivo ou comercial detêm frente às cooperativas, já que não possuem um compromisso social

doutrinário, podendo-se valer, com isso, da lógica capitalista de acumulação e ganhos de mercado sob qualquer contexto econômico. Esses fatos corroboram para justificar o crescimento do agronegócio no Brasil durante a década de 1980, inclusive com maior modernização em alguns setores agrários. Pode-se constatar que essas empresas agropecuárias conseguiram se moldar de forma mais eficiente a um contexto de restrições de crédito por parte do governo. Nas palavras de Mueller e Martine (1997, p.86):

A prolongada crise econômica que assolou o país ao longo da década de 1980 não impediu que a agropecuária brasileira continuasse a crescer e a se modernizar. Entretanto, a crise teve seus impactos; dentre estes, os mais importantes foram causados pela retração do crédito agrícola anteriormente farto e amplamente acessível aos produtores comerciais, resultante das dificuldades fiscais e dos sucessivos programas de estabilização.

A política de crescimento acelerado via endividamento começa a mostrar, nos primeiros anos da década de 1980, a grave situação financeira que marcou a história de diversas cooperativas nesse período (BENETTI, M., 1985). A forma de financiamento via contração de dívidas e não através do autofinanciamento é um fator que limita essas instituições e as expõem de forma significativa às vulnerabilidades do mercado.

Outra questão, abordada por Bialoskorski Neto et al. (1998), é a utilização oportunista do produtor cooperado, aproveitando-se das fragilidades contratuais a que está submetido. Isso implicaria na transição comercial entre o cooperado e outras empresas, quando esta relação o beneficiar. Muitas vezes as cooperativas acabam assumindo dívidas de investimentos de seus associados e quando necessitam da resposta de seus cooperados, estes se omitem, buscando outras fontes para comercializações mais rentáveis de seus produtos. Em vista disso, se torna importante que os participantes do movimento cooperativista entendam essas instituições como um negócio comunitário, no qual os interesses do grupo associado devem se sobressair aos interesses individuais. Sobre essa questão, pode-se citar Bialoskorski Neto et al. (1998, p.74):

É relevante, portanto, considerar que o preceito doutrinário da liberdade de entrada e saída da cooperativa deva existir, mas não deverá se confundir com a liberdade de cooperar ou não com a organização, ou como uma forma de permitir que o associado receba os benefícios da cooperação e se esquive no momento de contribuir com esta organização econômica coletiva.

No capítulo posterior será analisada essa questão – das fragilidades contratuais entre as cooperativas e os cooperados – de forma mais ampla, analisando estratégias possíveis para a superação desse problema. Será observado, também, que as cooperativas do Paraná se apresentam, na primeira década do século XXI, como as maiores do Brasil. Um dos fatores que pode explicar o fortalecimento das cooperativas desse Estado é a melhoria dos aspectos

gerenciais, que foram resultado de um movimento de maior independência dessas instituições ao longo da década de 1980. Nas palavras de Souza et al. (2007, p. 39):

A partir de 1983, o cooperativismo paranaense realizou uma experiência altamente positiva, pioneira no Brasil, no que concerne ao desatrelamento da ingerência estatal nas cooperativas. Após ampla discussão entre governo, entidades de representação e cooperativas, foi implantado o Projeto Piloto de Autofiscalização, que permitiu alicerçar os primeiros passos rumo à autogestão das cooperativas no Paraná.

Em 1988, a Frente Parlamentar Cooperativista defende a autogestão junto ao Congresso Nacional, durante o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Esses movimentos de pressão em prol da autonomia do sistema cooperativo apresentaram resultados na Constituição de 5 de outubro de 1988, que assegurou – de acordo com o seu Artigo 5 – à autogestão e o fim da intervenção direta do Estado. Como observa Salanek Filho (s.d., p.2):

Até 1988 as cooperativas brasileiras eram tuteladas pelo governo federal, através do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, após a promulgação da nova constituição, as cooperativas passaram a atuar como empresas de mercado. Este novo posicionamento levou obrigatoriamente a uma readequação estrutural para serem empresas competitivas.

A partir dessa nova realidade, foram impostos vários desafios ao gerenciamento das cooperativas no Brasil. Foi necessário um processo de modernização e aumento da eficiência para que essas associações pudessem sobreviver a um ambiente de forte concorrência. Sobre esse fato, Gonçalves (2005, p. 8) afirma:

Isto representa maior liberdade às cooperativas, o que é positivo. Entretanto, delega ao cooperativismo uma enorme responsabilidade em relação ao seu futuro, o que, por consequência demanda maior organização interna.

Será observado que, no início da década de 1990, muitas cooperativas ainda sofrem com as políticas adotadas pelo Estado e pela falta de experiência nas questões gerenciais. Constata-se que as cooperativas que não se adaptaram a esses moldes empresariais acabaram contraindo dívidas muito elevadas e enfrentando graves problemas financeiros. Percebe-se, durante esse período, o problema de financiamento e captação de recursos para investimentos em expansão e continuação do processo de modernização. Dessa forma, o sistema cooperativista se adapta a uma nova realidade, onde é necessário buscar a eficiência de uma empresa capitalista, porém sem esquecer a ideologia e os princípios sociais que regem o desenvolvimento de uma associação cooperativa.

3.3 Economia Solidária: uma alternativa econômica viável

Embora não seja o foco deste trabalho, as associações de economia solidária que surgem no meio urbano do país reascendem os ideais do cooperativismo, explicitando a importância da ajuda mútua, da participação de seus integrantes e do bem estar social concomitante com a eficiência econômica da organização. Dessa forma, a educação solidária – fundamental para o êxito de qualquer cooperativa – passa a ser mais bem difundida. No meio rural, a economia solidária aparece em pequenas cooperativas de assentamentos organizadas pelo MST. Apesar de diferenças fundamentais entre as cooperativas rurais e urbanas, as organizações solidárias apresentam um fator muito importante em comum: a finalidade de servir aos seus membros em primeiro lugar para melhorar a qualidade de vida de todo o grupo.

A década de 1980 foi, por claras razões discutidas nesse trabalho, um período de aumento significativo do desemprego, da deterioração das condições de trabalho e da ampliação da informalidade, mesmo que esses acontecimentos tenham seguido os ciclos da economia durante esses anos (MATTOSO, 2000). O período de significativo crescimento econômico, entre as décadas de 1930 e 1980, marcou um aumento considerável da inserção de pessoas no mercado formal de trabalho (SINGER, 2003). Contudo, esse fato passa a se inverter durante o período de estagnação – da “década perdida” – quando, segundo Singer (2003, p.14):

[...] o desemprego tornou-se de massa, a capacidade de luta dos sindicatos se debilitou por causa disso e as empresas capitalistas, expostas à competição de produtos importados de países com escassos direitos sociais, passaram a substituir empregados regulares por contratados em condições precárias, inteiramente destituídos de direitos sociais. As empresas que procediam assim conseguiam reduzir seu gasto com mão-de-obra, o que aumentava sua competitividade; outras empresas, para não serem excluídas do mercado, acabaram fazendo o mesmo.

As estruturas industriais e produtivas criadas no período anterior conseguiam responder as tentativas de estabilização durante a década de 1980, embora de forma muito inconstante e dependente do desempenho da economia (MATTOSO, 2000). De maneira geral, esse período marcou o início de um longo processo de crise econômica e de dificuldades para diversos trabalhadores. Sobre esse fato, Pochmann (2004, p.23) argumenta:

A partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840. Por conta disso, o país registra sinais expressivos de regressão ocupacional, após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho.

A precarização das relações de trabalho observada na década de 1980, resultado das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, acaba estimulando (muitas vezes obrigando) a criação de formas alternativas de trabalho – o que Pochmann (2004) cita como formas “não-organizadas” (que incluiria tanto “atividades de sobrevivência, de produção popular e até de ilegalidade”). Dessa forma, surgem outros modos de produção que tentam competir (ou melhor, conviver) com o modo de produção capitalista hegemônico em nossa sociedade (SINGER, 2003). A análise de Pochmann (2004, p.26) sobre a estrutura da organização do mercado de trabalho nesse período segue da seguinte forma:

A partir de 1980, com a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho, tem ampliado o esvaziamento do segmento organizado do trabalho. Adicionada à redução na participação relativa de empregos assalariados com registro no total dos assalariados, notou-se a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana.

Dentro desse contexto, a economia solidária passa a se desenvolver, sendo um importante mecanismo de resistência e sobrevivência de muitas pessoas no meio urbano. A economia solidária se caracteriza como um modo de produção formado por trabalhadores associados que possuem, em comum, o capital utilizado para elaboração de seus serviços (SINGER, 2003). Nas palavras de Singer (2004, p.3):

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária.

As cooperativas autogestionárias aparecem, dessa forma, como um importante meio de organização das instituições de economia solidária, que possuem como finalidade a integração de trabalhadores que conjuntamente buscam melhores condições de vida, através de uma doutrina que prioriza a solidariedade, o respeito e a ajuda mútua entre seus integrantes. Conforme analisa Nascimento (2003, p.1), a economia solidária está intimamente relacionada com a autogestão. Nas palavras desse autor:

A reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”.

Calculada nesses princípios, as cooperativas de trabalho passam a exercer um importante papel social, na medida em que trabalhadores preparados para exercerem suas profissões perceberam seus empregos ameaçados pela grave crise econômica que o país atravessava durante a década de 1980. Segundo Santos (2008), o cooperativismo surge como um modelo alternativo ao capitalista de produção e de circulação, no qual as relações de trabalho são baseadas no associativismo e na economia solidária. Segundo essa autora:

Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Quais sejam: 1) Adesão livre e voluntária; 2) Gestão democrática e transparente; 3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Solidariedade interna e intercooperativas; 7) Interesse social pela comunidade. Partindo-se do pressuposto de que as cooperativas fundamentam-se nesses princípios, constituíram-se historicamente, então, como um modelo alternativo às relações capitalistas de produção e como forma reativa do movimento operário para superação das condições de miséria e de desigualdade que afetam fundamentalmente os trabalhadores. (SANTOS, 2008, p.8)

Cabe salientar que, apesar do movimento cooperativista ter surgido do país no final do século XIX, foi na década de 1980 que a economia solidária entra em voga através – principalmente – das cooperativas de trabalho e de produção. Enquanto nas décadas de 1960 e 1970 se observa o surgimento de grandes cooperativas agroindustriais, na década de 1980 as cooperativas de trabalho surgem como um mecanismo de adaptação de diversos trabalhadores desempregados – principalmente pelas indústrias – que buscavam melhorar sua eficiência, diminuindo custos, frente à instabilidade econômica que atravessava o país. Segundo Lima (2004, p.50):

No Brasil, no período anterior à década de 1980, existiram várias experiências de cooperativas de crédito, habitacional e agrícola. Será a partir da segunda metade dessa década, contudo, que as cooperativas de trabalho e de produção começarão a organizar-se e a ganhar visibilidade. A sucessão de crises econômicas do final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas com a reestruturação produtiva de fábricas e empresas, a adoção de políticas neoliberais no final da década constituem o cenário do incremento do cooperativismo de trabalho no país.

Destaca-se, também, que o movimento de economia solidária não foi exclusividade do meio urbano. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) foi criado em 1984⁶ com o intuito de representar trabalhadores rurais excluídos que buscavam terras para produzir alimentos dignamente de uma forma autônoma e sustentável. Após muitas reivindicações e lutas, o MST conquista algumas terras, onde passa a desenvolver e incentivar a prática do cooperativismo solidário entre esses pequenos agricultores e assentados que se encontravam

⁶ Segundo o MST (2009), não existe uma data específica de fundação do MST e sim, o Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel, PR, que marca o ponto de partida desse movimento.

excluídos do mercado de trabalho. Sobre esse fato, Duarte e Werhmann (2006, p.23) explanam:

Em 1989 foram constituídas as primeiras cooperativas nas áreas de reforma agrária e em 1992 o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (Concrab). Esse movimento foi ganhando força ao longo das duas últimas décadas e, atualmente, existem nove Cooperativas Centrais Estaduais, 81 Cooperativas de Produção, Comercialização e Serviços, duas Cooperativas de Crédito e 30 Unidades de Agroindustrialização vinculadas aos assentamentos em todo país.

Segundo Scopinho e Martins (2003), o tipo de cooperativa incentivado pela Concrab possui uma preocupação muito maior com a questão social e com o meio ambiente do que aquelas cooperativas tradicionais que possuem o foco na questão econômica. A intenção de cooperar se encontra na contribuição dos indivíduos para a sobrevivência econômica do grupo, racionalizando o uso dos recursos naturais e do trabalho, aumentando a produtividade e a competitividade, além de ser um mecanismo de resistência política e social. Nas palavras desses autores:

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) procura mobilizar e organizar os assentados para desenvolver a economia com base em outros valores que não apenas a busca de lucro, perseguindo objetivos políticos e sociais através da organização de base, da defesa da autonomia de organização e de representação e, o mais importante, da criação de mecanismos institucionais que possibilitem aos trabalhadores se apropriarem dos instrumentos de produção e de gestão das cooperativas. A formação de Núcleos de Base de Famílias (instância básica para a gestão do assentamento) é a estratégia utilizada para implementar e desenvolver uma proposta de organização econômica e social no território conquistado. Tal proposta, procurando articular o campo e a cidade, deve estar fundamentada na diversificação da produção rural, no fortalecimento dos mercados populares locais e regionais, no desenvolvimento de uma matriz tecnológica agroecológica e conservacionista e na formação de valores humanos de justiça e equidade social. O papel do SCA é essencialmente formativo e politizador, no sentido de construir a ideia de que o mais importante não é o tipo formal de cooperativa, mas a adesão consciente aos princípios e ao método da cooperação autogestionária. (SCOPINHO; MARTINS, 2003, p.126)

Cabe destacar que, muitos produtores de pequeno porte que exercem a agricultura familiar, acabam falindo nesse período face à incapacidade do governo de manter políticas compensatórias. Além disso, o aumento considerável do desemprego no meio urbano contribuiu para o aumentando do número de pessoas que encontravam no MST um meio de reivindicar melhores condições de vida (COLETTI, 2005).

Deve-se constatar, contudo, que da mesma forma que trabalhadores qualificados se adaptaram a situações adversas constituindo cooperativas de trabalho no meio urbano com o intuito de inserção social e melhores condições de vida, empresas capitalistas - que possuem o

único objetivo de aumentar suas taxas de lucro – observaram a oportunidade de utilizar as cooperativas como um meio de reduzir custos, adaptando-se a outra forma de explorar o trabalhador (SINGER, 2004). Segundo Lima (2004), essas organizações – também conhecidas como falsas cooperativas ou cooperfraudes – se enquadram dentro das “cooperativas pragmáticas” que terceirizam seus serviços para empresas ou, até mesmo, são formadas por essas empresas. Sobre esse fato, pode-se citar Singer (2004, p.4):

[...] empregadores pouco escrupulosos utilizam falsas cooperativas de trabalho para deixar de pagar os encargos trabalhistas, aproveitando-se do fato de que esses encargos não são cobrados de quem contrata trabalho autônomo (a lei considera o cooperador trabalhador autônomo). Além disso, cooperativas autênticas, na ânsia de conseguir contratos, rebaixam seus preços a ponto de abrir mão de muitos dos direitos sociais de seus associados.

É preciso ficar atento, portanto, para que essas falsas cooperativas não se reproduzam. Segundo Singer (2004), as cooperativas não podem ser responsabilizadas por essas situações, já que é o agravamento do desemprego que impõe ao trabalhador condições tão desfavoráveis que este se dispõe a qualquer remuneração ou condição de emprego. Dessa forma, pode-se pensar em evoluir a legislação que tange essas instituições, a fim de garantir a todos os membros dessas cooperativas os direitos legais que evitem tais práticas exploratórias (SINGER, 2004). As cooperativas “defensivas” que, segundo Lima (2004), se caracterizam por indústrias em situação de falência reconstituídas por seus trabalhadores, são um importante meio de diminuição de desigualdades. Existem diversos exemplos no Brasil nos quais esse tipo de associação se mostrou eficiente (LIMA, 2004).

Pode-se ressaltar, contudo, que tanto a educação formal quanto a não formal se tornam muito relevantes para o desempenho dessas associações. Isso porque, além do conhecimento técnico para colocar a cooperativa em funcionamento, é preciso ter uma grande capacidade de comunicação e reciprocidade, já que o processo democrático de uma empresa autogerida nem sempre apresentará soluções claramente convergentes. Outro ponto relevante se encontra na forma como os cooperados se enxergam dentro da instituição. Percebe-se que muitas vezes, ao se colocarem não mais como empregados e sim como detentores do capital, os cooperados podem não exercer suas obrigações com a mesma competência. Assim como, muitas vezes, o cooperado não percebe diferenças na mudança estrutural da empresa, já que continua exercendo a mesma função, não se preocupando com as questões globais da associação. Esses aspectos, referidos como “educação solidária”, são abordados por Lima (2004) para aumentar a eficiência e a probabilidade de sucesso das cooperativas de trabalho. Além disso, Lima (2004, p.58) afirma:

O combate explícito às cooperativas não solidárias talvez fosse mais efetivo se considerasse a possibilidade de transformação de cooperativas não solidárias em solidárias por meio da educação cooperativa de seus membros sobre os princípios do cooperativismo e pelo debate democrático na sociedade.

Com isso, se torna muito importante destacar o papel sócio-econômico das verdadeiras associações solidárias que deve ser observado pelo Estado como um mecanismo de defesa das grandes desigualdades observadas no sistema capitalista hegemônico. Mesmo que não se pretenda uma revolução no modo de produção observado no mundo atualmente, esses mecanismos alternativos de inserção social devem ser estimulados e divulgados, principalmente devido ao seu caráter humanista. Ao passo em que a educação não for mais voltada ao estímulo da competição e sim às relações altruístas – desenvolvendo sentimentos de empatia entre as pessoas – poderemos observar a solidificação da economia solidária como uma fonte viável de desenvolvimento econômico.

4 APROFUNDAMENTO DA CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO: DA DÉCADA DE 1990 AOS PRIMEIROS DEZ ANOS DO SÉCULO XXI

A década de 1990, em termos políticos e econômicos, começou de uma maneira conturbada para o Brasil. Os aspectos conjunturais – de inflação elevada e de crise financeira da dívida pública – que se observaram na década anterior continuavam influenciando de forma negativa as cooperativas agropecuárias nesse período. O incentivo estatal para essas instituições permanecia ausente ao passo que políticas neoliberais eram implementadas pelo governo. A saída seria, então, uma reestruturação interna para que essas organizações conseguissem se adaptar ao contexto que se apresentava. A partir da segunda metade da década de 1990, as reivindicações do setor agropecuário brasileiro passam a ser refletidas em políticas públicas, com novos programas de investimento e refinanciamento das dívidas.

Em vista desses acontecimentos, serão colocados – nesse capítulo – os principais fatores que permitiram a reestruturação das cooperativas agropecuárias no Brasil. Serão observados, em primeiro lugar, os motivos pelos quais a crise do setor agropecuário se aprofundou na primeira metade dos anos 1990. Posteriormente, se discorrerá sobre as políticas públicas realizadas a partir de 1994 que, após diversas negociações entre agricultores e governo, passam a vigorar no país. Com isso, serão mencionadas as mudanças estruturais internas das cooperativas, a conjuntura econômica do país e as consequências para o setor agropecuário, a fim de se ter um entendimento geral das necessidades de se “reformular” as estruturas gerenciais e comportamentais das cooperativas e de seus associados. Na última parte, serão colocados alguns aspectos conjunturais que influenciaram o setor agropecuário na primeira década do século XXI, além de estratégias de inserção no mercado e de fortalecimento institucional que se tornam possíveis para as cooperativas agropecuárias. Com isso, poder-se-á concluir, de maneira geral, a importância e as dimensões que essas instituições alcançaram na atualidade.

4.1 Primeiros anos da década de 1990: aprofundamento da crise

A eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, marcou um período de maior liberalização econômica e abertura do Brasil para o mercado externo. Em relação à agricultura, percebe-se que os preços internos passam a sofrer flutuações de acordo com os preços internacionais.

O Plano Collor I (de 1990), que reteve as cadernetas de poupança e depósitos em conta corrente, representava uma ameaça profunda à agricultura. Ao reter a liquidez em um período de safra, o governo acabou com os meios de comercialização e escoamento interno dos produtos agrícolas, além de deixar os agricultores sem recursos para realizarem a colheita (ALVES, 2003; LUCENA; SOUZA, 2001). O Plano impôs, também, o congelamento de preços de bens e serviços, com o intuito de conter a inflação (CASTRO, 2011). Esse fato acarretou outro problema para os produtores agrícolas, já que os preços mínimos foram corrigidos assimetricamente em relação aos custos de financiamento, ou seja, enquanto os primeiros foram reajustados pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN) do mês (42%) os segundos foram reorganizados pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de março daquele ano (84%) (ALVES, 2003; CEZAR, 1990; LUCENA; SOUZA, 2001). Isso representou a impossibilidade para muitos produtores agrícolas de liquidar dívidas dentro dos prazos, além de aumentarem estoques (esperando pelo melhor momento de comercialização).

A safra colhida em 1990 representou, dessa forma, um grande prejuízo aos produtores. A soja – um dos principais produtos de exportação - foi impactada fortemente pela adoção do câmbio flutuante, que devido à demora de desvalorização do cruzeiro frente ao dólar, acabou tendo a sua comercialização para o exterior atrasada, ao passo que a concorrência argentina se acentuava (CEZAR, 1990). Esse setor evidenciou, nesse ano, um decréscimo em suas receitas. Os sojicultores seguravam a venda com o intuito de apostar no aumento dos preços internacionais e, assim, aumentar os seus rendimentos (CEZAR, 1990). Contudo, muitas vezes isso não ocorria, principalmente quando a safra dos países concorrentes era robusta.

Em relação ao mercado interno, a situação também não era favorável. Devido ao tabelamento de preços e ao baixo valor pago aos produtos agropecuários no comércio, as indústrias pararam de comprar, já que não poderiam repassar os preços cobrados pelos produtores. Dessa forma, produtores de gado preferiam reter os animais no campo, esperando o melhor momento para comercialização e pressionando o preço da carne bovina (CEZAR, 1990). As carnes de aves e de suínos se apresentam como substitutos e, dessa forma, observa-se um aumento na demanda por esses produtos, acarretando um aumento de preços. Contudo, o aumento dos preços dos insumos para esse tipo de criação (como o milho) também representara uma pressão para o aumento dos preços, não refletindo, dessa forma, um ganho para os produtores (CEZAR, 1990).

Percebe-se que o Plano Collor I consegue reter a inflação nos seus primeiros dias de funcionamento, contudo não consegue eliminar a tendência inflacionária (CASTRO, 2011). Após alguns meses, a inflação voltava a pressionar o governo para tomada de novas medidas

de austeridade. O Plano Collor II entra em ação em 1991, na tentativa de conter a inflação que persistia no cenário econômico brasileiro. O governo pretendia desindexar a economia dos preços passados, terminando com o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e instituindo a Taxa Referencial (TR) – que pretendia prever a inflação futura sem se basear na inflação passada. Além disso, estavam previstas a racionalização dos gastos nas administrações públicas e a modernização do parque industrial (CASTRO, 2011).

Pode-se observar que essas medidas ortodoxas, de contenção de gastos, não só se mostraram ineficientes, como afetaram o setor agrícola que passara a sofrer com a entrada de produtos estrangeiros. Lucena e Souza (2001, p.190) discorrem sobre as safras agrícolas desse período da seguinte maneira:

A produção da safra 1990/1991 foi menor em relação à safra anterior, em razão da forma de correção dos empréstimos; porém a produtividade das lavouras cresceu 16,3% e 8,1 % nas safras 1991 /1992 e 1992/1993 respectivamente; não houve nenhuma flutuação significativa de preços. Na safra 1991/1992, cresceram a produção (18,0%) e a área plantada (1,6%); na safra 1992/1993, a produção cresceu 0,12%, mas a área plantada reduziu-se em 7,4%. Para a economia como um todo, os anos de 1992 e 1993 foram de elevada inflação, consolidada pelo descontrole da política monetária e da política fiscal.

Em relação às cooperativas, a crise de financiamento se tornara cada vez mais séria. O aumento da competitividade, com a entrada de grandes empresas agroindustriais nas duas décadas anteriores, continuava pressionando esse setor que necessitava dar um retorno para seus produtores associados. Pequenos produtores encontravam dificuldades cada vez maiores de inserção em um mercado fortemente oligopolizado, ao passo que o governo neoliberal descartava políticas públicas compensatórias, que de certa maneira vigoravam em períodos anteriores (SCOPINHO; MARTINS, 2003).

As grandes cooperativas agropecuárias, por sua vez, necessitavam melhorar sua eficiência econômica, a fim de concorrer em um mercado cada vez mais disputado, especialmente no período pós-liberalização econômica. Isso significava, em primeiro lugar, buscar a capitalização para formação de capital de giro e para execução de novos investimentos, permitindo o funcionamento da cooperativa e o aumento de sua competitividade no mercado agroindustrial (EW, 2001). A busca de uma estratégia de “integração vertical” – na qual as cooperativas atuariam, não só na produção, mas na transformação e comercialização de seus produtos – esbarra na dificuldade de financiamento dessas instituições e nas divergências de interesses de seus cooperados (ROCHA, 1999). Devido à dificuldade financeira que várias cooperativas enfrentaram durante a década de 1980, exatamente por um grande endividamento em busca desse financiamento, o crédito para

essas instituições se tornou mais escasso, já que eram considerados de alto risco. O financiamento via recursos externos se tornou, dessa forma, de alto custo e de curto prazo (GIMENES; GIMENES, 2006).

Pode-se observar, nesse ponto, que uma interpretação da doutrina cooperativista de “não obtenção de lucros” iria contra as “sobras” para capitalização, se isto for interpretado como busca por lucros. Esse fato é colocado como um grande empecilho ao autofinanciamento das cooperativas. Outras questões fundamentais para o desestímulo dos cooperados ao reinvestimento das sobras na instituição se encontram na inespecificidade de direitos de propriedade, que são observados, nas palavras de Ew (2001, p.49), como: “impossibilidade de negociar as quotas-partes no mercado, poder de decisão igualitária (um homem = um voto) independente do montante das atividades realizadas com a cooperativa, falta de transparência do direito sobre as sobras da cooperativa (o produtor não sabe previamente se receberá parte das sobras e quanto receberá)”. Nesse sentido, Bialoskorski Neto (2002, p.17) aponta as dificuldades de se estimular o cooperado a concordar com o reinvestimento de sobras da seguinte maneira:

O ponto central que determina a baixa capacidade das cooperativas em levantar recursos próprios está relacionado com o problema de direitos de propriedade sobre o “resíduo” não-transacionáveis e não-proporcionais ao capital investido pelo cooperado. Em outras palavras, a arquitetura organizacional da cooperativa não gera incentivos aos associados para a capitalização desta, uma vez que a quota-parte não apresenta mercado secundário desenvolvido, e as “sobras operacionais” repartem-se de acordo com a movimentação do cooperado, em termos de compra/venda de produtos, ou seja, do seu volume de transação com a cooperativa.

Sem dúvida, o objetivo da cooperativa não pode ser a maximização de lucros tal qual uma empresa capitalista e sim, a busca por uma integração social de seus participantes e a melhora da qualidade de vida de todo o grupo cooperado. Contudo, é notável que para concorrer com grandes empresas agroindustriais, é imprescindível a capitalização e o investimento em modernização e expansão. Dessa forma, pode-se interpretar a utilização das sobras líquidas das receitas da instituição para reinvestimento como uma necessidade de valorização da associação em prol de todos os cooperados. A busca por uma melhor eficiência e aumento das sobras não seria a finalidade da cooperativa, mas sim o meio de manter a instituição “saudável”. Os objetivos principais, de melhores condições sociais para os associados, continuariam sendo o foco das cooperativas agropecuárias. Bialoskorski Neto (2002) demonstra, nesse sentido, que existe uma correlação direta e positiva entre as dimensões econômicas e sociais das cooperativas. Pode-se citar como um exemplo bem sucedido, as cooperativas do Estado do Paraná que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, se

desenvolveram através de recursos internos e por isso não atravessaram dificuldades tão grandes quanto às cooperativas de soja do Rio Grande do Sul (que cresceram via forte endividamento durante esse período) (ALVES, 2003).

As reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/Cut) no início da década de 1990 foram muito importantes para “reconversão e reestruturação produtiva” de pequenos agricultores (MATTEI, 2007; SCHNEIDER et al., 2004). Nas palavras de Mattei (2007, p.144):

[...] as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”.

Em março de 1993, lideranças dos Estados do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Mato Grosso do Sul se mobilizaram, em um encontro em Curitiba, para reivindicar às autoridades a liberação de recursos para o custeio da safra agrícola (SETTI, 2011). Nas palavras de Setti (2011, p. 181), “o setor agropecuário perdeu, naquela safra, US\$ 300 milhões na comercialização em função da falta de definição de uma política agrícola para o setor.” O Presidente da República, Itamar Franco, ao receber os representantes desses Estados, informou ter total desconhecimento de tamanha crise do setor agropecuário e prometeu um estudo detalhado sobre o problema. Setti (2011) apresenta, também, um relato do presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) durante esse período – Dick Carlos de Geus - que descreve a busca pelo alongamento das dívidas dos agricultores e das cooperativas, além da necessidade de se melhorar a eficiência dos dirigentes dessas instituições que se mostravam despreparados para enfrentar os problemas evidenciados durante aqueles anos.

Ainda em 1993, foi instaurada, no Congresso Nacional, a Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento da Agricultura Familiar (CPMI), que investigou as causas do alto endividamento do setor agropecuário (ALVES, 2003). Segundo Silva (1994, p. 43):

Analisando-se o conteúdo do relatório dessa CPMI, divulgado em dezembro de 1993, verifica-se que a preocupação dos parlamentares se centrou na identificação de irregularidades cometidas pelo sistema financeiro. Foram exaustivamente abordados temas como: as práticas bancárias prejudiciais aos agricultores, a política de renegociação de débitos e os ônus provocados pelos planos de ajuste econômico. Entretanto a leitura do relatório mostra que não foram objeto de investigação algumas questões que, se bem pesquisadas e documentadas, contribuiriam para o aprofundamento da discussão.

Com isso, Silva (1994) afirma que importantes questões não foram pauta de discussões da CPMI e, dessa forma, as conclusões e recomendações do Relatório ficaram comprometidas – já que a superficialidade desse documento não caracterizava aspectos importantes da dívida. Embora essa CPMI não tenha resolvido os problemas da dívida agrícola, esta foi importante para colocar em pauta a questão das dificuldades enfrentadas pelo setor (ALVES, 2003).

O ano de 1994 foi marcante para a história do Brasil. A implementação do Plano Real mudou o panorama econômico do país já que, finalmente, a inflação estava controlada e a nova moeda – extremamente valorizada – aumentava o poder de compra da população. Para o cooperativismo agrícola, esse ano ficou marcado com a liquidação da maior cooperativa brasileira – Cooperativa Agrícola de Cotia (ALVES, 2003; CRÚZIO, 1999).

A liquidação de grandes cooperativas durante esse período aumentava a desconfiança em relação à viabilidade econômica dessas instituições, dificultando, cada vez mais, o acesso ao crédito (ALVES, 2003). Contudo, o aumento da demanda por alimentos – com a estabilização de preços – e com o aumento da concorrência externa - consequência da grande abertura econômica do Plano Real – incentivaram as cooperativas a aumentarem suas dívidas para uma rápida expansão da produção (ALVES, 2003). O endividamento trouxe, também, maior vulnerabilidade às cooperativas em relação aos aspectos macroeconômicos. Dessa forma, a crise do México no final de 1994 acarretou em um aumento das taxas de juros por parte do governo brasileiro, impactando fortemente as cooperativas agropecuárias. Outro ponto destacado por Alves (2003) é a política de contenção de preços do Plano Real, na qual utilizava os produtos agrícolas como “âncora verde” para ajudar no controle da inflação. Ainda nesse sentido, Setti (2011, p. 190) argumenta:

Enquanto os juros pós-Plano Real foram reajustados, os preços dos produtos agrícolas caíram, promovendo uma defasagem insustentável entre a receita e as despesas dos agricultores, o que causou a descapitalização do setor. Muitas cooperativas, que já vinham sofrendo por causa de planos anteriores, tiveram sérias dificuldades e provavelmente não sobreviveriam não fossem os programas implantados nos anos seguintes, como Securitização, Pesa e Recoop.

Na metade da década de 1990, então, as discussões que cercavam o endividamento dos produtores agropecuários (e das cooperativas) estavam em voga. A partir desse momento, as reivindicações desses trabalhadores ganham mais força, obrigando o governo a repensar novos programas de apoio ao setor. Serão discutidos, na próxima seção, os principais meios

pelos quais as cooperativas agropecuárias conseguem se reerguer, tornando-se um importante personagem no desenvolvimento social e econômico no meio rural brasileiro.

4.2 Segunda metade da década de 1990: a reestruturação do cooperativismo agropecuário

Após analisar os principais fatos que colocaram as cooperativas e a agricultura brasileira em grandes dificuldades financeiras, podem-se observar os meios pelos quais esse setor se reestruturou, a partir da segunda metade da década de 1990. Serão observadas, nesta parte, as políticas públicas realizadas pelo Governo Federal, resultados das reivindicações do setor agrário desde a década de 1980. Concomitante a isto, serão analisadas algumas mudanças estruturais das cooperativas que foram fundamentais para aumentar a eficiência dessas instituições.

Segundo Schneider et al. (2004), até o início da década de 1990 não existia, no Brasil, nenhuma política pública específica para atender os pequenos agricultores. Apenas em 1994, após inúmeras reivindicações dos agricultores familiares, o governo de Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que funcionava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) (SCHNEIDER et al., 2004). Nas palavras desses autores:

O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar, por exemplo, que até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como “mini-produtores” pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para agricultura. (SCHNEIDER et al., 2004, p.3)

Foi em 1994, também, que as discussões acerca do desenvolvimento de pequenos agricultores e de regiões pobres do Nordeste brasileiro passaram a ser refletidas em políticas públicas. Nesse ano, foi colocado em prática o “Projeto Áridas”, que se mostrou muito importante para a implementação de planos de desenvolvimento sustentável que passa a ser pauta de preocupação dos governos estaduais dessa região (VIEIRA, 2008).

No governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o PROVAP foi reformulado, a fim de aumentar sua abrangência. Em 1996, esse programa evoluiu para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através Decreto Presidencial nº 1.946 (MATTEI, 2007; SCHNEIDER et al., 2004). Os objetivos gerais desse programa são de

melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares através do provimento de condições para o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e de renda, através de um apoio técnico e financeiro por parte do governo (MATTEI, 2007; SCHNEIDER et al., 2004). Além disso, foram colocados quatro objetivos específicos como pauta do Pronaf, que são descritos por Mattei (2007, p.145) da seguinte forma:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Percebe-se que o Pronaf não é um programa de simples disponibilização de recursos, mas sim um programa que pretende atender, além das questões financeiras, as dificuldades técnicas para aumento da produtividade desses pequenos produtores. Além disso, uma importante análise sobre a relevância desse programa é feita por Abramovay e Piketty (2005, p.58):

[...] o Pronaf afirma não apenas as necessidades sociais, mas, e ao mesmo tempo, a viabilidade econômica de unidades produtivas cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família. Para um país de tradição latifundiária e escravista, formado por radicais formas de dissociação entre trabalho e propriedade, e trabalho e conhecimento, afirmar a consistência econômica da unidade entre esses termos que a História separou não é trivial. A importância das grandes propriedades na formação das políticas agrícola exigia que se construísse um aparato institucional voltado especificamente a valorizar as capacidades produtivas daqueles que, até então, tinham sido objeto, no máximo – e ainda assim de forma esporádica – de políticas sociais compensatórias. A novidade do Pronaf estava em sua intenção explícita de propiciar aumento da geração de renda dos agricultores por meio de seu acesso ao crédito bancário.

Esses autores salientam a importância de uma mudança institucional frente às políticas voltadas aos pequenos agricultores. Essas classes rurais não poderiam permanecer sob a ação de medidas públicas compensatórias pouco eficientes, mas sim necessitariam de incentivos que as tornassem competitivas dentro do mercado. Dessa forma, Abramovay e Piketty (2005) observam a importância do Pronaf para a aproximação dessa classe rural com as instituições financeiras, já que o grupo beneficiado por esse programa não teria condições de oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas com o intuito de requerer créditos em bancos

comerciais. A contradição entre a racionalidade econômica e as necessidades sociais é, segundo esses autores, um fator que justifica a ação de políticas públicas tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O mercado futuro surge, também, como uma alternativa aos agricultores que, ao comercializarem os seus produtos antecipadamente, poderiam financiar a próxima safra. Em 1994 foi criada a Cédula de Produto Rural, através da Lei 8.929 (SILVA et al., 2000). Com isso, os produtores e as cooperativas poderiam emitir essas cédulas e utilizá-las como uma promessa de entrega futura dos seus produtos agropecuários. Contudo, Silva et al. (2000) afirmam que eram poucos os produtores que tinham acesso a essas cédulas. Os principais produtos beneficiados por essa lei eram a soja, o café e o milho.

No ano de 1995, o Governo Federal passa a renegociar as dívidas agrícolas através da Lei 9.138, após longas negociações com esse setor (ALVES, 2003). Em vista disso, o governo de Fernando Henrique Cardoso cria três novos programas: a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP) (ALVES, 2003). Essas políticas se tornam importantes na medida em que transferem o risco para a União, ou seja, a dívida seria securitizada com respaldo em títulos públicos federais, aliviando a pressão sobre os agricultores e elevando a aceitação dos bancos (ALVES, 2003; GROSSI; SILVA, 2008). Além da importância do setor agrícola para a retomada do crescimento econômico do país, essas políticas são justificadas, segundo Grossi e Silva (2008, p.173), da seguinte forma:

A justificativa ainda apontava a necessidade das renegociações porque se constatava que a elevada taxa de inadimplência, com conseqüente redução do fluxo de retorno dos empréstimos, estava provocando uma contra-reação dos bancos, que passaram a adotar maior seletividade na concessão de novos créditos. Desta forma, a renegociação veio, de um lado, ampliar as possibilidades de recebimentos dos débitos por parte dos bancos, retirando-lhes da incômoda condição de terem que executar judicialmente os agricultores e, de outro, teve o efeito de restaurar a liquidez da agricultura, que precisava desse estímulo para iniciar o plantio da safra de verão 95/96, de modo a assegurar a normalidade do abastecimento doméstico e garantir a entrada de divisas tão necessárias para o equilíbrio das contas externas do País.

Esses autores colocam, também, que o Programa de Securitização - implementado através da Lei 9.138 de 1995 - tinha como público alvo agricultores com dívida original menor do que R\$ 200 mil. Já o PESA, que foi normatizado pela Resolução nº 2.471 de 1998, focava as dívidas de valores em contrato original acima de R\$ 200 mil (ALMEIDA; ZYLBERSZTAJN, 2008; GROSSI; SILVA, 2008).

É importante lembrar que, em 1995, a agricultura brasileira passa a ser beneficiada pela desindexação do crédito para custeio e comercialização. Nesse ano, a taxa nominal de juros foi de 16% ao ano. Na safra de 1998/99, essa taxa já havia caído para 8,75%, mantendo-se assim nos anos seguintes (ALVES, 2003). Em 1996 foi criado o Programa FINAME Agrícola Especial à taxa de 16% ao ano. Em 1998, esse programa passou a atuar a 11,95% ao ano (ALVES, 2003). Além disso, foi nesse período que a Lei Kandir passa a mostrar resultados. Esse dispositivo, promulgado em 1996, fortalece as exportações de produtos básicos e semi-elaborados através da desoneração do ICMS, compensando o efeito do câmbio valorizado. Nas palavras de Farina e Nunes (2002, p.14):

(...) “Lei Kandir” tinha por objetivo elevar a competitividade das exportações brasileiras por meio de aumento indireto da rentabilidade das exportações, sem que a taxa de câmbio nominal sofresse desvalorização.

O Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) foi colocado em prática através da medida provisória nº 1.781-4 em 1998. Na mesma medida provisória, colocou-se também a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). No início do ano seguinte, através do Decreto Federal nº 2936, o programa que pretendia reestruturar as cooperativas agropecuárias foi regulamentado (BRASIL, 1999). A intenção inicial desse programa era, segundo Menegário (2000), a estabilização das dívidas das cooperativas agropecuárias que estavam, como mencionando anteriormente, em uma situação crescente. Contudo, além do saneamento financeiro das cooperativas, esse programa permitiu novos investimentos em infraestrutura, fatos que contribuíram para o aumento da eficiência e da competitividade dessas organizações (EW, 2001). Sobre o Recoop, Bialoskorki Neto (1998, p.2) afirma que “além de propiciar a negociação dos débitos destas organizações em condições favoráveis, deve exigir também uma nova arquitetura organizacional das cooperativas”. Mais uma vez se salienta a preocupação da profissionalização dos gestores das cooperativas para que as políticas públicas de (re)financiamento tenham efeitos de longo prazo. A partir de 1998, o Governo Federal cria, além do Recoop, outras importantes linhas de crédito para a agricultura. Nas palavras de Alves (2003, p. 40):

A partir da safra 1998/99, os Planos Agrícolas anuais instituíram uma série de linhas de crédito especiais voltadas ao financiamento de investimentos agropecuários e agroindustriais, com taxas de juros préfixadas. Os exemplos mais conhecidos são o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) e o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO).

Apesar da inegável importância desses programas, é interessante observar a crítica de Albuquerque e Cirino (2001, p. 77) sobre o repasse de verbas do Recoop:

O valor do empréstimo foi na ordem de U\$ 2,5 bilhões (dois bilhões de dólares à época), sendo U\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de dólares) destinados à renegociação dos prazos das atuais dívidas, ou seja, para tirar as cooperativas do "vermelho", e um bilhão de dólares para financiamento de novos projetos. É interessante notar que esses recursos foram dirigidos às grandes cooperativas, aquelas que deviam pelo menos um milhão de dólares à época. Dessa forma, em nome do cooperativismo e de toda a carga semântica que a palavra carrega, privilegia-se uma vez mais o grande produtor. Nesse instante, confluem interesses ideológicos e financeiros; aqueles de ideologia mais à esquerda, que têm o cooperativismo como um dos seus valores básicos, ajudam os que se situam mais à direita do espectro político e, assim respaldados, se apropriam dos recursos públicos. Uma contradição que deve ser estudada.

Mesmo entendendo que as grandes cooperativas também desempenham um importante papel social – já que incorporam produtores de vários portes, inclusive pequenos – a crítica de Albuquerque e Cirino (2001) é válida, já que muitas cooperativas pequenas, nas quais essa política se mostraria muito importante, acabam ficando às margens desse programa. Contudo, pode-se lembrar que os agricultores familiares possuem o Pronaf como importante mecanismo de financiamento, além do PESA que focava pequenas dívidas agrícolas. Outra crítica, apontada por Ew (2001), é que esses programas poderiam provocar um “vício” ao empréstimo, já que esse tipo de solução gera outra dívida – com o governo – e dessa forma não iriam contribuir para a melhora do gerenciamento das cooperativas.

A grande questão seria, com isso, a busca pela evolução da gestão dos dirigentes das cooperativas. Segundo Fronzaglia (2005), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) propôs - durante o XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 1997, - a execução de um programa de monitoramento da eficiência das cooperativas. Contudo, esse autor observa as grandes dificuldades de colocar esse programa em prática:

[...] o cooperativismo, no Brasil, não encontra uma organização especializada na verificação de pontos importantes que condicionam a eficiência de cooperativas e formas eficientes de sinalizar seus indicadores aos associados. Adicionalmente, há uma problemática institucional de unicidade de representação oficial fatores que dificultam a instituição de um mecanismo eficiente que faça valer as boas práticas da autogestão de cooperativas. (FRONZAGLIA, 2005, p. 2)

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) pretendia, dessa forma, satisfazer essas necessidades gerenciais. Esse sistema surgiu vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com a finalidade de promover a capacitação dos cooperados, dirigentes e funcionários (FERREIRA; AMODEO, 2008). Dessa forma, Ferreira e Amodeo (2008) destacam a importância do Sescoop para a profissionalização da gestão das

cooperativas, proporcionando a operacionalização do monitoramento, supervisão, auditoria e controle destas instituições. Setti (2011, p. 208) cita um depoimento de um dos articuladores do Recoop e do Sescoop – João Paulo Koslovski:

[...] O Sescoop foi aprovado com o argumento de que nós precisamos profissionalizar as cooperativas para melhorar a gestão. Foi uma dupla conquista: além do Recoop, que possibilitou uma renegociação das dívidas, nós tivemos o Sescoop, que foi um instrumento para a capacitação, treinamento, monitoramento das cooperativas e promoção social. Eu considero o Sescoop a grande conquista do cooperativismo nos últimos 20 anos. É um instrumento de formação, capacitação e, sobretudo, melhoria de gestão, como foi comprovado para o Brasil inteiro.

A importância de se desenvolver uma “educação cooperativa” surge concomitantemente à necessidade de se evoluir a gestão dessas associações. É preciso que os cooperados compreendam as especificidades das relações cooperativas além das necessidades de integração dessas instituições com o mercado (altamente competitivo) (FERREIRA; AMODEO, 2008). Existe, dessa forma, a necessidade de se ajustar a sintonia entre os aspectos sociais e a eficiência do mercado capitalista.

Segundo Benetti, K., et al. (2006), é de responsabilidade das cooperativas fomentar a educação, tanto dos cooperados quanto do público em geral, para que se tenha um apoio a esse tipo de organização. Nas palavras desses autores “as pessoas não irão apreciar, não irão apoiar, o que elas não entendem”. Cabe salientar que, para aprimorar o desenvolvimento de ideias e aprofundar o estudo sobre gestão em cooperativas agrícolas, o Sescoop se aproximou de universidades, onde surgiram importantes estudos científicos que contribuíram sobremaneira para a evolução dessas instituições (FRONZAGLIA, 2005).

As cooperativas passam, com isso, a adotar diferentes estratégias para superar pontos fracos ao seu desenvolvimento. Os bancos cooperativos começam a ganhar força, como é o caso do Sicoob, Sicredi e Unicredi. Em 1997 passa a funcionar o Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB), que contava com a associação de 548 cooperativas de crédito que pertenciam a 11 centrais – localizadas em sete Estados brasileiros (ROCHA et al., 2008). Essas instituições colaboravam para que as cooperativas agropecuárias superassem a escassez de créditos em bancos comerciais. Segundo Zylbersztajn (2002), as cooperativas de crédito encontram dificuldades para crescer com controle de riscos em um mercado complexo e competitivo. Nas palavras desse autor:

O aporte de recursos próprios tem as limitações típicas de escala. Apenas com os recursos dos membros, as cooperativas ficam limitadas a projetos de menor escala e escopo, tendo ainda de criar mecanismos de retenção de sobras, pois, dificilmente, as cooperativas conseguem incentivar os membros a capitalizar diretamente a cooperativa. (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 10)

Em vista disso, o Banco Central do Brasil passa a permitir que algumas cooperativas de crédito passem a captar clientes não só dentro do sistema cooperativista. Qualquer pessoa física ou jurídica, independente de sua atividade econômica, pode associar-se às cooperativas (ROCHA et al., 2008).

Cabe destacar, também, a extrema importância do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para as cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil. Esse banco que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social das regiões onde atua, fornece não só apoio creditício (com créditos de longo prazo e com taxas mais atrativas do que as do mercado), mas também oferece apoio técnico e de planejamento (BRDE, S.d.). Conforme Alves (2003, p. 68):

O BRDE possui um forte vínculo com o cooperativismo agropecuário da Região Sul. A sua fundação, em 1961, coincidiu com o período de surgimento e consolidação das cooperativas de cafeicultores do Estado do Paraná e das cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Alguns anos mais tarde, os financiamentos concedidos pelo Banco foram de grande importância para o fortalecimento das cooperativas surgidas nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, cujo crescimento está fortemente relacionado com o *boom* da soja no início dos anos 1970.

Segundo Cazarotto e Pereira (2012), as relações entre as cooperativas e o BRDE se tornaram mais estreitas na primeira década dos anos 2000, quando o número de contratos firmados entre estas instituições aumentou significativamente (enquanto em 1998 e 1999 foram 21 e 5 contratos, respectivamente, em 2007 foram 87 contratos e em 2008, 84).

Além de mudanças nas estratégias de financiamento, se tornam necessárias alterações nas estratégias de gerenciamento e governança das cooperativas. Em relação a esse fato, Zylbersztajn (2002) destaca a importância da transparência na gestão, já que a informação aos cooperados é de extrema importância para a participação e o empenho destes, que são os principais agentes destas instituições. Nas palavras deste autor:

De modo muito especial, as cooperativas deveriam preocupar-se com as informações para o seu público interno, que, em última instância, representa importante fonte de recursos, mesmo que via retenções em vez do uso do aporte espontâneo. Os membros das cooperativas têm maior custo de saída da organização, pois as cooperativas têm receio da evasão do capital do cooperado e os riscos de descapitalização. As cooperativas lidam com o problema, criando obstáculos para a retirada das quotas. O gestor profissional da cooperativa não tem a pressão colocada sobre o gestor da organização por ações efetivadas a partir da perda do valor das ações, quando o mercado interpreta um gerenciamento ineficiente. A falta desse mecanismo implica que a cooperativa necessita aperfeiçoar outros mecanismos, entre os quais, o acompanhamento fino das informações gerenciais. (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 13)

Dessa forma, a ética e a transparência se tornam importantes veículos para a fidelização dos cooperados. Segundo Bialoskorski Neto (2002), o incentivo à fidelidade pode ser via estímulo econômico, no qual o produtor receberia benefícios maiores transacionando com a cooperativa do que isoladamente no mercado. Essa fidelidade se torna de grande relevância ao passo que as cooperativas tomam decisões de investimentos baseadas nas decisões conjuntas dos cooperados e as promessas destes, caso não cumpridas, podem comprometer toda a instituição (ZYLBERSZTAJN, 2002). Nas palavras de Bialoskorski Neto (2002, p. 8), “quanto maior a fidelidade, maior será a eficiência do empreendimento”. Além disso, esse autor afirma a possibilidade de existir uma relação contratual entre as cooperativas e seus associados, evitando, com isso, a possibilidade do cooperado de livre transação de mercadorias fora da cooperativa. Bialoskorski Neto (1998, p.18), ressalta, com isso, que:

Outra medida importante, para modificar a estrutura de governança das cooperativas, é o monitoramento da fidelidade das transações entre associado e sua cooperativa com o objetivo de fazer com que o associado seja incentivado a participar dos negócios de seu empreendimento, e reduzir os oportunismos contratuais. Assim, estabelece-se a situação de verdadeira cooperação entre os agentes econômicos, fundamentando-se o empreendimento cooperativo em bases da cooperação.

Devido a essas características contratuais frágeis, que diferenciam as relações das cooperativas com seus cooperados daquelas entre empresas agroindustriais e seus funcionários, essas novas estratégias gerenciais se tornam de extrema importância. Ao passo que as cooperativas seguem estratégias de expansão, modernização ou novos investimentos, a participação e a fidelidade dos cooperados posteriormente a essa tomada de decisão é imprescindível para que a cooperativa logre sucesso.

Ademais, percebe-se que essa estratégia de agregar valor aos produtos agrícolas se torna de grande relevância para essas instituições na medida em que o mercado exige um grau de competitividade cada vez maior. Essas necessidades de mercado acarretaram em pressões do setor agrícola para novas medidas por parte do governo, a fim de facilitar a expansão e agregação de valor dos produtos agropecuários. Em vista desses fatos, no início dos anos 2000, o governo cria um novo programa que visava fortalecer as cooperativas agrícolas, além de renegociar as dívidas desse setor.

4.3 Primeira década do século XXI e as Cooperativas Agropecuárias

Serão observados, nesta parte, alguns aspectos considerados importantes para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias entre 2001 e 2011. Além de novas medidas por parte do governo a fim de fortalecer essas instituições, serão analisadas duas importantes estratégias que podem ser de grande relevância para os seus desenvolvimentos: a internacionalização e a intercooperação. Serão colocados, também, alguns aspectos de ordem política e econômica do país a fim de uma breve contextualização macroeconômica do período.

O segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso começou, em 1999, com a incerteza em relação à manutenção do câmbio, visto que a política de financiamento dos déficits em conta corrente através do exterior estava abalada (GIAMBIAGI, 2011). Em vista da grande fuga de capitais com o temor da desvalorização do Real, o governo negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um pacote de US\$ 42 bilhões, sendo US\$ 18 bilhões do próprio FMI e o restante de diversos governos – como EUA, Itália, Alemanha, Japão, entre outros (GIAMBIAGI, 2011). É importante destacar que, dada essas condições, o Brasil busca no agronegócio o meio para voltar a obter superávits no seu saldo comercial com o exterior (DELGADO, 2005). Com isso, o governo FHC passa a buscar, nos primeiros anos da década de 2000, iniciativas que estimulassem a exportação e o agronegócio. Como destaca Delgado (2005), os investimentos em infraestrutura (com o Plano Plurianual que previa investimentos em estradas, ferrovias e portos), em pesquisa agropecuária (com a reorganização da Embrapa), assim como a própria desvalorização do câmbio, convergiam para essa nova preocupação do governo.

O Programa de Desenvolvimento Cooperativo para a Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) foi instituído pelo Banco Central do Brasil em 2002, através da Resolução nº 2987 (BACEN, 2002). Os objetivos desse programa, segundo essa Resolução, eram de “incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização”. Observa-se que o programa possuía o ímpeto de beneficiar as cooperativas de menor porte, já que o valor financiado por projeto seria maior para as cooperativas com menor faturamento bruto. De acordo com a Resolução nº 2987, as cooperativas com faturamento bruto maior do que R\$ 100 milhões receberiam até 70% do valor do projeto; já para as de faturamento menor do que R\$ 50 milhões, o financiamento poderia ser de até 90% do projeto. Foram colocados R\$ 250 milhões a disposição desse programa, a serem aplicados

entre 1º de julho de 2002 a 30 de junho de 2003, sendo o limite de crédito por cooperativa de no máximo R\$ 20 milhões (BACEN, 2002). Em vista disso, o Recoop foi de grande importância para o aumento da competitividade das cooperativas, com a expansão das atividades e a agroindustrialização. Setti (2011, p. 220) explica que:

Os recursos do programa financiam projetos de atualização tecnológica, obras, instalações, equipamentos, despesas pré-operacionais e de importação, treinamento, capital de giro e investimento em meio ambiente e na área social.

Em 2002 foi lançada, também, a renegociação das dívidas agrícolas, através da Lei Nº 10.437 e da Medida Provisória Nº 77 (BRASIL, 2002; SETTI, 2011). Essas medidas previam o alongamento de dívidas originárias de crédito rural para mutuários adimplentes até a metade daquele ano. Dentre os programas beneficiados estão: o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), o RECOOP, o PRONAF, o PESA e o Securitização. (BRASIL, 2002; SETTI, 2011) Setti (2011, p. 220) analisa a importância dessas medidas da seguinte forma:

A razão da necessidade de renegociação é que os investimentos no setor agropecuário são quase sempre de maturação longa em função da baixa rentabilidade. Por isso, durante o ano de 2002, o sistema cooperativista brasileiro desencadeou uma série de negociações, obtendo êxito e, com isso, gerando uma economia que permitiria ao setor prosseguir com as atividades. No Recoop, por exemplo, a redução dos encargos financeiros permitiu uma economia de R\$ 63 milhões às cooperativas durante o ano.

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, em 2003, o ministro da Agricultura passa a ser Roberto Rodrigues, que havia forte vínculo com o movimento cooperativista (SETTI, 2011). Rodrigues coordenou, com o apoio do diretor do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – José Roberto Ricken, o Planejamento do Ministério da Agricultura que visava o apoio ao cooperativismo. Nas palavras de Setti (2011, p. 226):

Esse planejamento motivou a criação, junto à Presidência da República, de um grupo interministerial encarregado de propor soluções aos vários problemas que afetavam o desenvolvimento dos diversos ramos do cooperativismo.

É importante destacar, também, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tem como principal objetivo resguardar os direitos dos assalariados (SINGER, 2004). Embora esse órgão represente apenas o associativismo e o cooperativismo urbano – já que as do meio rural continuam sob responsabilidade do Ministério da Agricultura – a sua criação demonstra a

preocupação do governo com a evolução das questões sociais no país, enxergando nessas instituições um meio de diminuir as barreiras das desigualdades sociais e econômicas.

Em 2004, a Caderneta de Poupança Rural – que antes eram operadas exclusivamente pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia – passa a ser operacionalizada, também, pelos bancos cooperativos (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010). O objetivo dessa medida, segundo Ramos e Martha Junior (2010), era de expandir a oferta de crédito para o setor agrícola através da captação de recursos com o público. Ainda nesse ano, as cooperativas foram beneficiadas com um orçamento de R\$ 450 milhões do Prodecoop, com juros de 10,75% ao ano e um prazo de 12 anos (SETTI, 2011). Os investimentos totais, conforme Setti (2011), chegaram a R\$ 780 milhões, que incluíam recursos próprios e de outras linhas de financiamento.

O ano de 2006 foi de forte crise para o setor agrícola brasileiro. Diversos foram os fatores que desencadearam esse período de dificuldades, como: o câmbio valorizado, que contribuiu para a elevação dos custos de produção e para dificultar as exportações; as pragas e doenças (como a aftosa e a gripe aviária) que também impuseram barreiras às exportações de carnes; a quebra de safras (devido à estiagem); a deficiência de infraestrutura e os juros elevados (BENETTI, M., 2007; SETTI, 2011). Em vista dessa situação e das diversas reivindicações do setor agrícola, o governo formou um grupo de trabalho – com representantes da OCB, da CNA, da Câmara dos Deputados, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Fazenda – com o intuito de encontrar soluções viáveis para o setor (SETTI, 2011).

Apesar das cooperativas terem apresentado crescimento nas exportações nesse período – conforme será observado no gráfico 1, a seguir – pode-se pensar que se caso o câmbio não estivesse tão apreciado, esses valores teriam sido mais significativos. Além disso, percebe-se que a quantidade exportada entre 2007 e 2008 apresentou uma queda de 13%, sendo o único período – dos sete analisados no gráfico 1 – a apresentar queda no volume exportado pelas cooperativas.

A estratégia de aumentar a participação nas exportações é, segundo Zylbersztajn (2002), de grande relevância para as cooperativas agropecuárias, já que repercute no aumento da eficiência e da qualidade da produção dessas instituições. A busca por novos mercados se inclui em estratégias semelhantes daquelas de empresas de capital, sendo necessário aumentar a competitividade da produção. Contudo, Bialoskorski Neto (2002) destaca que as demandas por essas estratégias são diferentes nesses dois tipos de instituição: enquanto para as empresas

de capital a lógica é a de maximização dos lucros, para as cooperativas, a elevação do bem-estar do grupo é a prioridade.

Pode-se observar, também, que as cooperativas possuem a capacidade de gerenciar de forma eficiente um grande número de contratos, evitando problemas de integração horizontal, o que as tornam muito atrativas para esse tipo de comercialização (ZYLBERSZTAJN, 2002). Devido a grande capilaridade e um alcance em diversos produtores associados, as cooperativas conseguem diminuir custos de transação e de comercialização, beneficiando empresas produtoras de insumos e empresas de exportação (ZYLBERSZTAJN, 2002).

Contudo, é interessante notar – com a tabela 01 - que a participação das cooperativas nas exportações do agronegócio brasileiro ainda é pequena e não apresentou grandes alterações nos últimos sete anos, apesar de ter representado uma grande evolução em termos absolutos. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), o Brasil exportou cerca de 79,6 bilhões de dólares com o agronegócio em 2011, um crescimento superior a 153% se comparado com o ano de 2005. As cooperativas participaram com 7,76% dessas exportações em 2011, o que correspondem a 6,17 bilhões de dólares. Embora as exportações das cooperativas, em 2005, tenham sido de 2,25 bilhões de dólares, esses números representaram 7,18% das exportações do agronegócio brasileiro naquele ano. Essa tabela demonstra, com isso, que as cooperativas acompanharam o crescimento das exportações do agronegócio, com uma queda apenas em 2009, quando a crise econômica internacional refletiu uma diminuição considerável no comércio internacional como um todo.

Tabela 1: Participação das Cooperativas nas Exportações do Agronegócio Brasileiro

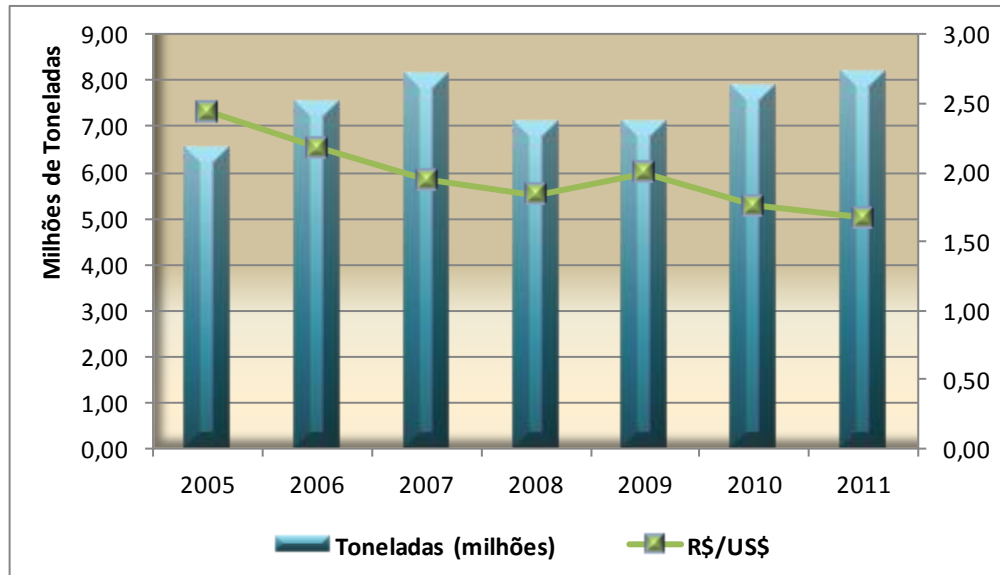
EXPORTAÇÕES (FOB)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cooperativas (US\$ bilhões)	2,25	2,83	3,30	4,01	3,63	4,42	6,17
Brasil (Agro) (US\$ bilhões)	31,40	36,20	43,90	57,30	53,70	62,50	79,60
Participação	7,18%	7,83%	7,52%	7,00%	6,76%	7,07%	7,76%

Fonte: Dados das cooperativas – (BRASIL. MDIC, 2012), Dados do agronegócio brasileiro – (ABIA, 2012). Elaborada pelo autor.

Outro fato a ser destacado é que, apesar da taxa de câmbio (R\$/US\$) ter se apreciado, isso não refletiu em uma queda das exportações pelas cooperativas na maioria dos períodos analisados. Conforme o gráfico 1 apresenta, a quantidade exportada pelas cooperativas passou de 6,5 milhões de toneladas em 2005 – com um câmbio de 2,44 R\$/US\$ - para 8,2 milhões de toneladas em 2011 – quando o câmbio se apresentou a 1,67 R\$/US\$. Essa evolução

demonstra o crescimento dessas instituições e a consistência das relações comerciais das cooperativas com o exterior, já que mesmo sob essa condição (teoricamente) desfavorável, as exportações das cooperativas apresentaram ganhos significativos.

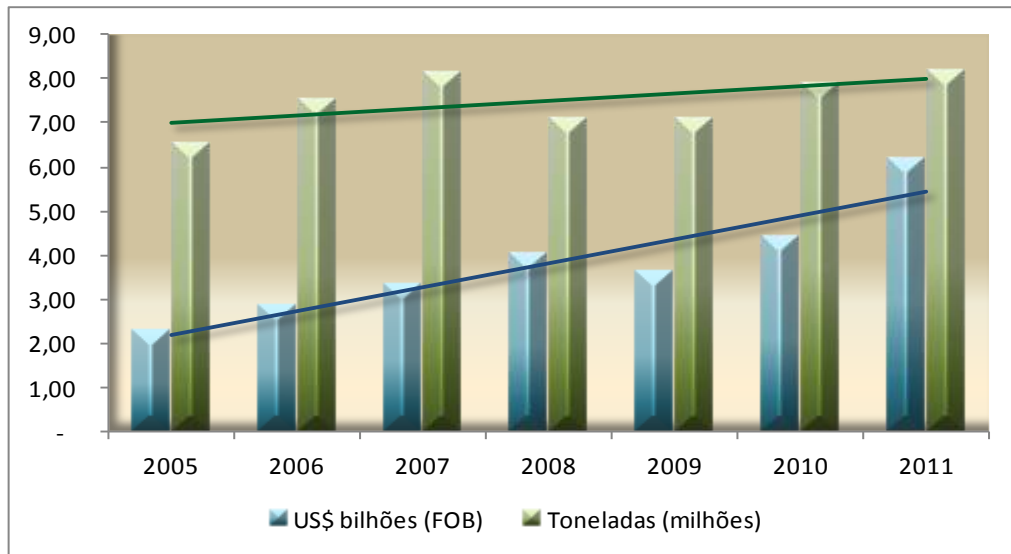
Gráfico 1: Exportações das cooperativas e taxa de câmbio – 2005 a 2011



Fonte: Dados das exportações das cooperativas – (BRASIL. MDIC, 2012), Dados da taxa de câmbio: (IPEADATA, 2012). Elaborado pelo autor.

Os ganhos com exportações das cooperativas são ainda mais significativos quando analisados a evolução por valor (US\$ FOB). Na pequena série histórica observada no gráfico 2, é evidente a evolução dos valores exportados de forma mais acentuada do que a quantidade, conforme as respectivas linhas de tendência do gráfico. Esse fato pode colocar que, ou os preços dos produtos exportados pelas cooperativas aumentaram de valor no mercado internacional, ou as cooperativas estão, cada vez mais, exportando produtos com maior valor agregado. O importante a ser analisado, nesse momento, é que qualquer uma dessas suposições converge para um ganho substancial das cooperativas agropecuárias nos últimos anos, o que reflete a importância dessas instituições – não só para o aspecto social – mas também para o aspecto econômico do país.

Gráfico 2: Tendência das exportações das cooperativas por valor e por quantidade – 2001 a 2011



Fonte: (BRASIL. MDIC, 2012), Elaborado pelo autor.

A tabela 2 demonstra os principais Estados que exportaram produtos de cooperativas nos últimos sete anos. Os dois Estados brasileiros que lideram as exportações das cooperativas são o Paraná e São Paulo. Esses dois Estados juntos representaram 65% dos valores exportados pelas cooperativas em 2011 e, os oito Estados representados na tabela 2, respondem por 98% desses valores. Pode-se destacar ainda, a expansão significativa das exportações das cooperativas do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul dentro dessa série. Os dois primeiros apresentaram crescimento de 300% e de 195% apenas entre 2010 e 2011, respectivamente. Já o Rio Grande do Sul apresentou um crescimento anual médio de 29% entre 2005 e 2011. Contudo, percebe-se que em 2011, apenas Minas Gerais havia alcançado patamares semelhantes aos valores exportados pelas cooperativas de São Paulo e do Paraná em 2005. Esses dados evidenciam a qualidade e a evolução das cooperativas dos Estados de São Paulo e do Paraná que conseguem se articular e se moldar aos cenários econômicos que se apresentam de uma maneira mais ágil do que outros. É importante destacar, também, que são nessas Unidades Federativas que se encontram as maiores cooperativas do Brasil, fato que converge com a perspectiva de que a escala de produção possui uma correlação positiva com as exportações.

Tabela 2: Exportações das Cooperativas por UF

UF	Exportações das Cooperativas - principais UF - US\$ Milhões (FOB)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
São Paulo	721,10	1.099,73	1.043,50	983,27	996,16	1.564,92	2.078,90
Paraná	740,60	804,56	1.069,14	1.388,45	1.489,64	1.639,34	1.930,29
Minas Gerais	228,89	260,55	372,05	408,33	357,11	453,26	885,49
Rio Grande do Sul	78,91	147,15	252,41	391,19	251,09	216,69	363,58
Santa Catarina	161,23	132,83	200,98	240,75	173,75	210,59	312,74
Mato Grosso	142,58	100,22	101,68	219,27	176,20	177,85	234,88
Mato Grosso do Sul	26,50	81,27	92,44	126,13	48,96	66,44	199,61
Goiás	99,39	122,61	70,05	131,25	40,85	15,48	42,52
Total dos 8 principais	2.199,20	2.748,93	3.202,26	3.888,64	3.533,75	4.344,56	6.048,01
Participação dos 8 principais	97,6%	97,0%	97,0%	97,0%	97,4%	98,3%	97,9%
TOTAL GERAL	2.253,93	2.832,82	3.301,23	4.010,58	3.627,79	4.417,82	6.174,61

Fonte: (BRASIL. MDIC, 2012). Elaborada pelo autor.

Analisando a tabela 3, observa-se que os Estados Unidos foram, em 2011, o principal parceiro comercial das cooperativas brasileiras, apresentando um forte crescimento (de 134%) em relação ao ano anterior. Esse país importou principalmente café de Minas Gerais e álcool etílico de São Paulo. As cooperativas desses dois Estados foram, respectivamente, as que mais comercializaram com esse país norte-americano, representando conjuntamente 96% desses valores. A China, que foi o maior comprador de produtos das cooperativas em 2010, também aumentou os valores comercializados (em 43%) em 2011. O principal Estado que participou dessas exportações foi o Paraná (com cerca de 70% do total), comercializando principalmente a soja – 70% da comercialização com esse Estado foi desse grão. Para os Emirados Árabes, as exportações das cooperativas brasileiras representaram um crescimento de 24% em 2011 (em relação ao ano anterior) e teve a sua comercialização concentrada no Estado de São Paulo (92%), do qual esse país comprou, principalmente, açúcares (de cana, beterraba, sacarose). A Alemanha, a Holanda e o Japão comercializaram, principalmente, com as cooperativas do Paraná. Enquanto nos dois primeiros países os derivados da soja foram os principais produtos comprados, o Japão importou, principalmente, carne de aves desse Estado.

Observando-se esses dados, pode-se pensar na importância de se estreitar as relações comerciais, principalmente, com os grandes demandantes de insumos agropecuários do mundo. Tem-se em vista o exemplo da China que, devido a sua imensa população e ao seu grande crescimento econômico, gera uma grande oportunidade para a captação de um poderoso mercado por parte do agronegócio brasileiro. Seria importante, com isso, que as cooperativas encontrem meios de disputar esses mercados com as grandes empresas agroindustriais, fato que poderia aumentar a qualidade dos produtos bem como fortalecer, cada vez mais, essas instituições.

Tabela 3: Principais países de destino das exportações das cooperativas brasileiras

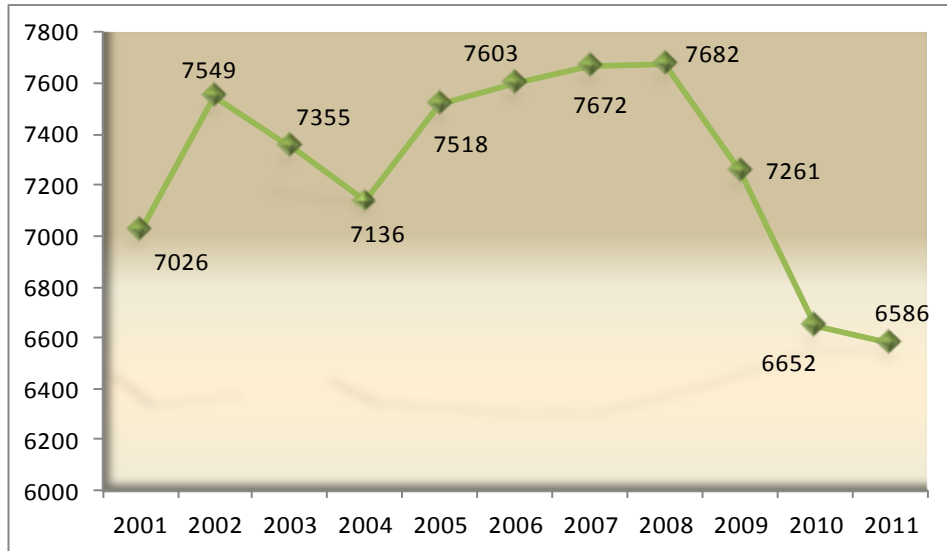
Países	2010		2011	
	US\$ milhões (FOB)	Participação	US\$ milhões (FOB)	Participação
Estados Unidos	316,0	7,2%	739,2	12,0%
China	516,4	11,7%	736,1	11,9%
Emirados Árabes	423,9	9,6%	526,3	8,5%
Alemanha	395,0	8,9%	441,5	7,1%
Holanda	172,5	3,9%	311,9	5,1%
Japão	209,2	4,7%	300,9	4,9%
Total dos 6 principais	2.032,9	46,0%	3.056,0	49,5%
TOTAL GERAL	4.417,8	100,0%	6.174,6	100,0%

Fonte: (BRASIL. MDIC, 2012). Elaborada pelo autor

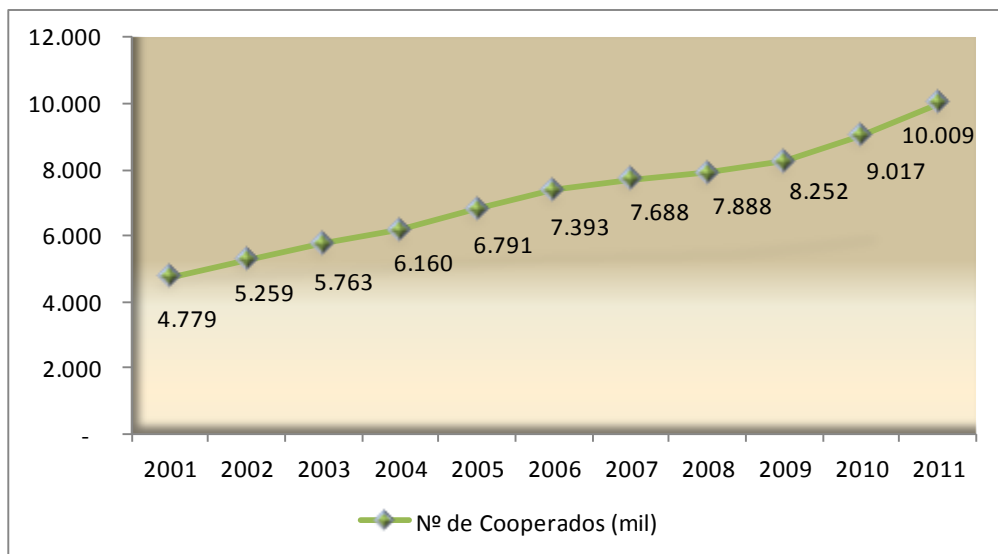
Com isso, pode-se pensar que, para aumentar o poder concorrencial, a escala de produção é um fator considerável e, dessa forma, seria atraente um crescimento das cooperativas aliadas ao melhoramento da qualidade da produção, facilitando, assim, a inserção dos produtos no exterior e ampliando o mercado destas instituições. A busca por novos mercados pode representar, com isso, um desafio à evolução do gerenciamento das cooperativas, para aliar crescimento de escala, qualidade dos produtos e participação dos cooperados – sem fugir dos propósitos sociais destas instituições.

A cooperativa Coamo, do Paraná, é um exemplo que fortalece esse pensamento. Essa cooperativa, que é a maior da América Latina, obteve receita de R\$ 5,97 bilhões (cerca de US\$ 3,56 bilhões) em 2011, da qual 32% foi com exportações (US\$ 1,15 bilhões) (COAMO, S.d.). Esses valores se destacam, ainda mais, ao se compararem com os valores da tabela 2: as exportações da Coamo representaram, em 2011, 60% das exportações das cooperativas paranaenses e 19% das exportações totais das cooperativas brasileiras, além de se equipararem às exportações conjuntas das cooperativas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e de Goiás (que estão entre os oito Estados que mais exportaram produtos de cooperativas em 2011).

Como se observar no gráfico 3, é visível a queda do número de cooperativas a partir de 2008 – havendo uma redução de 1.096 cooperativas entre esse ano e 2011. Contudo, essa queda pode ser explicada pelo aumento do número de fusões e incorporações entre cooperativas, caracterizando crescimento de várias dessas instituições em contraste com a queda quantitativa evidenciada no gráfico 3 (OCB, 2012). Esse fato pode ser constatado através do gráfico 4, que demonstra o crescimento significativo do número de cooperados nos últimos onze anos. Em 2011, o número de cooperados cresceu 11% em relação ao ano anterior, ultrapassando a casa dos 10 milhões de associados.

Gráfico 3: Evolução do número de Cooperativas do Sistema OCB – 2001 a 2011

Fonte: OCB (2012)

Gráfico 4: Evolução do número de Cooperados do Sistema OCB – 2001 a 2011

Fonte: OCB (2012)

Contudo, Bialoskorski Neto e Gomes (2010) citam Olson (1999)⁷ para explicar que, o crescimento das cooperativas agropecuárias pode gerar um problema de comprometimento e participação, uma vez que o cooperado tenha dificuldade de perceber as necessidades da instituição ou não vislumbre a sua importância dentro de uma grande cooperativa. Dessa forma é de extrema importância a interação dos dirigentes das cooperativas com o grupo,

⁷OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

promovendo ações sociais e educação cooperativa, dando voz aos seus membros e valorizando as suas participações.

Outra estratégia que pode ser muito eficiente e gerar resultados de aumento de escala para a comercialização de produtos é a intercooperação entre as cooperativas agropecuárias. Segundo Bialoskorski Neto e Gomes (2010, p. 10):

A cooperação entre firmas pode ser eficiente em função da redução de custos de transação para o sistema, ou pela complementaridade de funções e redução de custos, ou pelo ganho de poder de mercado, ou pela governança mais eficiente, ou ainda pela resolução de um jogo com um maior valor para os jogadores.

Em 2008, diversas cooperativas do Estado do Paraná exportaram conjuntamente, para a Holanda, 3.600 contêineres de carne congelada (SETTI, 2011). Essa intercooperação rendeu, segundo Setti (2011), uma economia de R\$ 5 milhões, além de um atendimento diferenciado prestado pelas empresas de logística.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) coloca como um dos princípios fundamentais para a adequação das cooperativas, a intercooperação (ALVES, 2003). A ACI (1998)⁸ apud Alves (2003, p.9) coloca que as cooperativas quando trabalham em conjunto – “através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais” – fortalecem o sistema cooperativista e beneficiam, de forma mais eficaz, os seus membros. Quando as cooperativas tomam consciência de que as dificuldades que a competição do mercado impõe podem ser minimizadas através da formalização da intercooperação – e a formação de um ambiente institucional mais forte – as possibilidades de alavancagem do desenvolvimento podem ser ampliadas (DUTRA, 2010). Como as decisões estratégicas adotadas pelas cooperativas são tomadas em assembleias entre os associados, para que a intercooperação seja adotada de forma eficiente é necessário que esta seja benéfica para todos os participantes sem haver conflitos ou, se caso beneficiar apenas parte do grupo, os demais não sejam prejudicados (BIALOSKORSKI NETO; GOMES, 2010).

Segundo Bialoskorski Neto e Gomes (2010), um dos entraves à evolução de estratégias de intercooperação entre as cooperativas é o gerenciamento hierárquico desse sistema. Para explicar esse problema de maneira mais clara, esse autor utiliza um exemplo simples de teoria dos jogos, que segue a seguinte lógica: se a cooperativa A aceita a intercooperação de forma W com a cooperativa B, a primeira receberá 2X e a segunda receberá Y. A cooperativa B, por sua vez, se aceitar a intercooperação com a cooperativa A de forma M, ela receberá 2Y, enquanto a outra receberá X. Mesmo que se um ganho X para a

⁸ Aliança Cooperativa Internacional (ACI). **Declaração sobre a identidade cooperativa**. 1998. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>>.

cooperativa A e um ganho Y para a cooperativa B representarem um ganho maior do que se não houvesse intercooperação, poderia surgir um problema – ou um conflito – na tomada da decisão, já que esse jogo não possui apenas um equilíbrio ótimo. Percebe-se, também, que quanto maior o número de cooperativas envolvidas nessa rede, maior será o risco de conflitos nessa estratégia. Outro problema pode surgir caso, por exemplo, a cooperativa B não se esforce e economiza custos sem que a cooperativa A perceba. Nas palavras de Bialoskorski Neto e Gomes (2010, p. 12):

Esse oportunismo ocorre principalmente se os resultados são compostos também de externalidades e entre agentes que têm incentivo a não arcar com os custos não pecuniários, como de participação e esforço, para a hierarquia da intercooperação.

Percebe-se, com isso, que a intercooperação não é uma estratégia simples a ser seguida. Conforme Bialoskorski Neto e Gomes (2010), para que esta seja adotada com sucesso, os benefícios econômicos para toda a rede devem ser claros. Ademais, Dutra (2010) cita Pereira e Pedroso (2004)⁹ para colocar que, em certa medida, os conflitos podem ser benéficos para a intercooperação na medida em que “visões diferentes produzem ideias de melhor qualidade”.

Em vista dos fatos colocados nesta seção, pode-se observar o fortalecimento das cooperativas agropecuárias no Brasil durante a primeira década do século XXI. Através de importantes medidas governamentais – com a criação de diversos programas de estímulo a esse setor – o cooperativismo passa a criar importantes estratégias que permitiram o seu estabelecimento institucional na economia brasileira, viabilizando uma importante alternativa à competição com grandes empresas agroindustriais. Cabe lembrar que o desenvolvimento de estratégias - como a internacionalização e a intercooperação - ainda podem ser aprimoradas, dando margem para um crescimento ainda maior dessas instituições. Com isso, além dos grandes benefícios sociais que as cooperativas inserem no país, pode-se constatar a grande importância econômica que estas associações apresentam, fato de extrema relevância em um contexto de globalização econômica e de forte concorrência de mercado.

⁹ PEREIRA, A. D. P; PEDROZO, A. P. O outro lado da cooperação: uma análise dos problemas na gestão das redes de cooperação interorganizacionais. In: PEREIRA, A.G.A.A; CORRÊA L. D. D. V; CARDEIRA, C. S. A. **Redes produtivas: um novo conceito organizacional em busca da excelência.** SIMPEP, n.11, Bauru, SP, nov. 2004 (Artigo).

5 CONCLUSÃO

Analisado os objetivos principais das associações cooperativas, fica evidente a grande importância social que essas instituições possuem no Brasil e no mundo. Os princípios promovidos por essas organizações como a ajuda mútua, solidariedade, honestidade, transparência, educação solidária, responsabilidade social, equidade, entre outros, convergem para valores desejáveis em toda a sociedade para que se observe uma maior igualdade social e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa. Torna-se importante, com isso, divulgar e estimular estudos acerca desse tema, fortalecendo cada vez mais esses valores propagados pelas cooperativas. É importante destacar, em vista disso, a grande contribuição que a Organização das Nações Unidas (ONU) oferece para essa questão ao nomear 2012 como o “ano internacional do cooperativismo”.

Observando esses fatos, esse trabalho propôs descrever, mesmo que de maneira geral, a evolução histórica do cooperativismo no Brasil, focalizando às cooperativas agropecuárias. A contextualização frente ao ambiente político e econômico se tornou muito relevante para compreender o papel dessas instituições em diferentes períodos do país, bem como para observar da melhor forma os fatores que influenciaram o desenvolvimento do cooperativismo ao longo de sua história.

Em suma, percebe-se a grande importância que os imigrantes europeus tiveram, no final do século XIX, para o surgimento das primeiras organizações cooperativas dentro do Brasil. É notável que, já nesse período, as cooperativas possuem o incentivo do Império para se desenvolverem com o intuito de expandir a colonização sobre o “novo território”. Posteriormente, durante o período da República, observa-se o estreitamento do vínculo estatal com essas organizações, fato que acarretou em grande dependência desse setor aos estímulos do governo. A falta de um ambiente competitivo ocultou a má administração dessas instituições que só foi percebida quando o Estado se viu incapaz de manter políticas paternalistas ao longo da década de 1980. Esse fato que, se por um lado colocou as cooperativas em grandes dificuldades financeiras, por outro explicitou as falhas e as necessidades de uma nova forma de gerenciamento que culminou, a partir da metade da década de 1990, na reestruturação dessas organizações.

Percebe-se, com isso, que as cooperativas conseguiram se adaptar a um ambiente altamente competitivo que é o agronegócio brasileiro. Após um período de dificuldades financeiras e de reivindicações para novas políticas de apoio a essas instituições, o cooperativismo passa a se fortalecer cada vez mais no Brasil. A desvinculação com o Estado

foi de grande importância para que as cooperativas passassem a gerir de forma mais eficiente a produção de seus associados e os investimentos em expansão. Contudo, alguns planos do governo como o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP) foram fundamentais para permitir que essas organizações se reerguessem. O governo passa a observar, também, os pequenos agricultores através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que beneficiou muitos produtores vinculados às cooperativas. Além disso, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) permitiu a disseminação da “educação solidária” e da profissionalização do gerenciamento das cooperativas, fatores de grande relevância para esse período de adaptação dessas instituições. Em vista disso, percebe-se que apesar do Estado não participar diretamente das questões gerenciais a partir desse período, o seu apoio foi fundamental para a reestruturação do setor.

Dessa forma, as cooperativas entraram no século XXI “caminhando com as próprias pernas” e buscando o seu espaço no mercado do agronegócio. Contudo, é preciso ficar atento para algumas questões importantes que podem ser facilmente negligenciadas pelos gestores dessas associações, como a transparência de informações e o estímulo dado ao cooperado para participar ativamente da instituição. A fragilidade contratual entre cooperado e cooperativa é um ponto que deve ser constantemente analisado pela gerência a fim de se criarem dinâmicas mais eficazes de estímulo à participação dos produtores associados. É preciso que se torne evidente que a adoção de uma estratégia de integração vertical resulte em ganhos, mesmo que no longo prazo, para todos os cooperados. Além disso, parece ser importante a criação de um vínculo entre todas as partes envolvidas nas instituições – através de encontros, seminários, confraternizações – já que em cooperativas agropecuárias, caso não ocorra esses eventos, os cooperados podem nunca se conhecer pessoalmente – devida à distância geográfica entre as propriedades rurais – e poderia não ser percebida a vontade de colaboração mútua e a reciprocidade. Assim, as cooperativas devem ser vislumbradas não só como um aparato econômico, na qual indivíduos se unem para vencer obstáculos, mas também como um ambiente social para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Ademais, percebe-se que as cooperativas acompanharam o crescimento do agronegócio brasileiro nos primeiros dez anos dos anos 2000 no que tange à inserção no mercado externo. Esse fato pode indicar a grande potencialidade que essas instituições apresentam para aumentar a sua participação nas exportações brasileiras, já que apresentam a capacidade de reduzir custos de transação e reunir diversos produtores em um mesmo contrato

comercial. A busca por mercados externos pode ser importante na medida em que aumenta a qualidade dos produtos bem como estimula o aumento da eficiência dessas instituições, colaborando para que se tornem mais competitivas também no mercado interno. Uma estratégia que pode ser aprofundada, para que se aumente o poder de ganhos de escala, é a intercooperação entre as cooperativas, fazendo com que estas organizações se unam para comercializar conjuntamente e, conseqüentemente, ganhar competitividade. Essas estratégias produtivas e comerciais podem ser estudadas e analisadas de forma mais profunda para que se evidenciem soluções para os entraves destacados neste trabalho e se amplie a possibilidade de serem usualmente praticadas pelas cooperativas.

Por fim, destaca-se que o crescimento significativo do número de cooperados, que se observou na primeira década do século XXI, corrobora para o fortalecimento do cooperativismo no Brasil. Percebe-se que, após uma história de mais de um século e diversos percalços, as cooperativas se aproximam de seus ideais, de autogestão e inserção dos produtores e trabalhadores excluídos pelo mercado capitalista. A reorganização de conceitos internos focados na inclusão e a sua inserção em contexto competitivo de mercado globalizado foi de extrema importância para que se ampliassem a discussão em torno dessas instituições autogeridas e lhes conferissem uma maior credibilidade. Enquanto no passado essas organizações poderiam ser percebidas como excludentes e como um mecanismo do governo para execução de estratégias de produção no meio rural, na atualidade essas características não são mais observadas. A reestruturação das cooperativas em resposta a um período de crise estrutural demonstra a grande capacidade de adaptação dessas instituições, o que pode ser um indicativo para que se observe uma evolução ainda maior dessas organizações no país. Sem dúvida, esse fato seria benéfico para a redução das grandes disparidades que estratificam a sociedade brasileira. Assim, a educação solidária – que tem como âmago os ideais cooperativistas – é o maior legado que essas instituições podem deixar para o restante da sociedade – ao promoverem qualidades como a empatia, a reciprocidade e a solidariedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Caderno de Ciências e Tecnologias**, Brasília, v.22, p.53-66, 2005.
- ALBUQUERQUE, Francisco José Batista; CIRINO, Carlos da Silva. Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias. **RPOT**, UFSC, Florianópolis, v.1, n.2, p.73-96, 2001. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v1n2/v1n2a04.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2012.
- ALMEIDA, Luciana Florêncio de; ZYLBERSZTAJN, Decio. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, 2008.
- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**. Porto Alegre: BRDE, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.brde.com.br/index.php/default/institucional/mostrar/id/50/secao/55/tipo/conteudo/titulo/index>>. Acesso em: 02 nov. 2012.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **Ces Revista**, Juiz de Fora, v.21, p.43-56, 2007.
- ANDRIOLI, Antonio Inácio. Cooperativismo: uma resistência à exclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, n.19, 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/019/19andrioli.htm>>. Acesso em: 28 set. 2012.
- ARNAUD, Edinaldo da Rocha; MARACAJÁ, Patrício Borges. COOAPIL – Uma experiência cooperativista de geração de trabalho e renda na cidade de Catolé do Rocha. **INTESA**, Pombal, PB, v.3, n.1, p.65-72, 2010. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/676/pdf_149>. Acesso em: 22 maio 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução Nº 2987**. Institui o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Brasília, 3 jul. 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res_2987_v2_L.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Conheça o BRDE**. S.d. Disponível em: <<http://www.brde.com.br/index.php/default/institucional/mostrar/id/50/secao/55/tipo/conteudo/titulo/index>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BENETTI, Kelly Cristina et al. A educação cooperativa como área temática do ensino da administração: um estudo de caso no Sistema de Cooperativas de Crédito – SICOOB/SC. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 6., 2006, Blumenau. **Trabalhos apresentados...** Florianópolis: UFSC, 2006.

BENETTI, Maria Domingues. Análise Setorial Agropecuária / Em 2006: a recuperação da lavoura de grãos sul-rio-grandense em meio à crise agrícola nacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.34, p.49-62, 2007.

BENETTI, Maria Domingues. Endividamento e Crise no Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do Caso FECOTRIGO/CENTRALSUL – 1975/1983. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.6, n.2, p.23-55, 1985. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/934/1224>>. Acesso em: 23 out. 2012.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; GOMES, Acad Caio Botelho. Um ensaio os desafios da intercooperação entre cooperativas agropecuárias no Brasil. Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC),1, 2010, Brasília, **Artigos Apresentados...**

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo et al. Agribusiness Cooperativo, Eficiência e Princípios Doutrinários. In: BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo (org.) **Ensaio em cooperativismo**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de economia, administração e contabilidade, p. 85-112, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico**. 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/insere_out2002/Estrategias_e_Cooperativas_Sig2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2012.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Governança e perspectiva do cooperativismo**. 1998. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/artigos_bialoskorski_i_workshop_coop_1998.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 2.936**. Regulamenta o disposto na [Medida Provisória nº 1.781-4, de 14 de dezembro de 1998](#), no que se refere à contratação de operações de crédito sob o amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP. Brasília, 11 jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm>. Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.437**. Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências. Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10437.htm>. Acesso em: 3 nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória Nº 77**. Altera as [Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002](#); autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências. Brasília, 25 out. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2002/77.htm>. Acesso em: 4 nov. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; A lógica perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, p. 187-211, 1991. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/89.ALogicaPerversaDaEstagnacao.WEB.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2012.

CASTRO, Lavinia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República 1985-1989. In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org) **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 97-130.

CASTRO, Lavinia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90. In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org) **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 131-164.

CAZAROTTO, Simone; PEREIRA, Wellington. As Cooperativas de Produção Agroindustrial no Paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE como seu Agente Indutor de Desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.177-200, 2012.

CEZAR, Nilza Moreira. A safra agrícola e o Plano Collor: os efeitos do Plano Collor. **Revistas FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.34-51. 1990. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/304/521>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA (COAMO). **COAMO em números**. Campo Mourão, S.d. Disponível em: <http://www.coamo.com.br/coamo_em_numeros.html>. Acesso em: 05 nov. 2012.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura à crise neoliberal**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COOPEDER. **História e retrospectiva**. 2003. Disponível em: <http://www.coopeder.org.br/a-coopeder/cooperativismo/historia-e-retrospectiva/>>. Acesso em: 4 maio 2012.

COOPERSULCA. **Cooperativismo no Brasil**. Turvo, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.coopersulca.com.br/cooperativismo/historico/cooperativismo-no-brasil>>. Acesso em: 13 out. 2012.

CORDEIRO, Sueli Maria. **O papel das cooperativas de trabalho no contexto das transformações da sociedade brasileira**: um estudo de caso no município do Rio de Janeiro; Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Escola brasileira de administração pública, Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3585/ACFD35.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Por que as Cooperativas Agropecuárias e Agroindustriais brasileiras estão falindo? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 39, p.18-26, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v39n2/v39n2a03.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DUARTE, Laura Maria Goulart; WERHMANN, Magda Eva S. de. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para a Agricultura Familiar. In: **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Núcleo de estudos agrários. Cadernos do CEAM. Universidade de Brasília, Brasília, n.23, 2006. p.13-28. Disponível em: <http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1188901427657_869857229_8449/>. Acesso em: 12 jun. 2012.

DUTRA, José Carlos Nascimento. **A intercooperação como instrumento de desenvolvimento**: um caso de cooperativas articuladas em rede. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, RS, 2010.

ETGETO, Anderson Augusto et al. Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil; **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, Maringá, PR, v.2, n.1, p. 7-19, 2005.

EW, Aní Rení. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul**: os casos CONSUEL e COAPEL – anos 90. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Curso de Pós-graduação em Economia Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

Extenso (OCB). **Ano de 2012**: o que é. 2011. Local, Data. Disponível em: <http://www.ano2012.coop.br/default.php?p=texto.php&c=ano2012_oquee>. Acesso em: 20 nov. 2012.

FARINA, Elisabeth; NUNES, Rubens. **A evolução do Sistema agroalimentar e a redução de preços para o consumidor**: o efeito de atuação dos grandes compradores. Brasília: CEPAL, 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/11204/r131efarinarnunes.pdf>>. Acesso em 15 out. 2012.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DO RIO DE JANEIRO (FEBRACOOOP). **O desenvolvimento do cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro, S.d. Disponível em: <<http://www.febracoop.com.br/site.php?pagina=leiamais&artigo=2>>. Acesso em: 6 maio 2012.

FERREIRA, Palloma Rosa; AMODEO, Nora Beatriz Presno. O Sescoop e a criação do campo da educação cooperativista: organização do quadro social e educação cooperativista. **Encontro de Pesquisadores latino-americanos de cooperativismo**, 5, Ribeirão Preto, SP, 2008.

FISHLOW, Albert. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, IPEA, Brasília, v.16, n.3, p.507-550, 1986.

FRONZAGLIA, Thomaz. Monitoring Farm Cooperative Corporate Governance. **International Pensa Conference on Agri-food Chains/Networks Economics and Management**, 5, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 165-196.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../2011_CarlosAlbertoGiannasi.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

GIMENES, Régio Márcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Cooperativismo Agropecuário – Os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 389-410, 2006.

GOERCK, Caroline. Precursores do cooperativismo. **Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**, 2, UNIOESTE, Cascavel, PR, 2005.

GONÇALVES, Jackson E. **Histórico do Movimento Cooperativista Brasileiro e sua Legislação**: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/955.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2012.

GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis Rodrigues. Crise Econômica e Cooperativismo Agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). **Agricultura em São Paulo**, v.41, n.2, São Paulo, 1994. p.57-87.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. As (re)negociações das dívidas agrícolas. **SDR**, v.2, 2008. p. 171-188. Disponível em: <<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/14/25>>. Acesso em 10 out. 2012.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “Milagre” econômico In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org) **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.49-72.

HORN, Carlos Henrique; HERRLEIN JR., Ronaldo. Os salários no Plano Verão; **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1, 1989.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**. 2003. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

LAIDLER, Christiane. A “crise da dívida” e o Estado na América Latina. **Encontro Regional de História**, ANPUH-RJ, 12, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Christiane%20Laidler.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2012.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.56, 2004. p.45-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a04v1956.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

LUCENA, Romina Batista de; SOUZA, Nali de Jesus de. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950/2000. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.29, n.2, p.180-200, 2001. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1313/1680>>. Acesso em: 3 set. 2012.

MADOENHO, Arlindo Aparecido. **O cooperativismo em suas raízes: A formação da Colônia Agrícola Tereza Cristina no Paraná do século XIX**. 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-cooperativismo-em-suas-raizes-a-formacao-da-colonia-agricola-tereza-cristina-no-parana-do-seculo-xix/69459/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

MATTEI, Lauro. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, p.143-158, 2007.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado** – Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MENEGÁRIO, Alexandre Hatthner. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/tese_alexandre.pdf>. Acesso em: 28 out. 2012.

MENEZES, Henrique Zeferino. Desenvolvimentismo e Pragmatismo no governo Geisel: II Plano Nacional de Desenvolvimento e diversificação das relações exteriores. In: Associação Nacional de História (ANPUH), **Simpósio Nacional de História**, 24, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0076.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista**: mercado interno e mão de obra no período de transição – 1830-1888; São Paulo: UNESP, 2003.

MOREIRA, Roberto José. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. In: **Estudos Sociais e Agricultura**. 2010. p. 39-52. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/moreira15.htm>>. Acesso: 02 out. 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Nossa história**: 26 anos do Movimento Sem Terra. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em: 15 out. 2012.

MUELLER, Charles C. MARTINE, George. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n3. 1997. p.85-104.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo**. Seminário Nacional de Autogestão. Joinville, SC, dez. 2003. Disponível em: <http://prout.org.br/wp-content/uploads/2011/09/Autogestao_e_novo-Coop_por_Nascimento.pdf>. Acesso: 12 set. 2012.

NICÁCIO, J. A. **Alianças Estratégicas entre Agroindústrias Integradas em Cooperativas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1997. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta97/nicacio/>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Evolução alicerçada na legislação**. 2008. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/legislacao.asp>>. Acesso em: 15 out. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **História**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Panorama do Cooperativismo Brasileiro – ano 2011. **Relatório da gerência de monitoramento**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2012.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites. **Nota Técnica IPEA**, Mercado de trabalho. Brasília, 2004. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012

PORT, Márcio. **Idealizadores cooperativistas**: biografia dos principais idealizadores cooperativistas. [S.l.]: Portal do Cooperativismo de Crédito, [2012a]. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/IdealizadoresCooperativistas.html>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PORT, Márcio. **Primeira cooperativa de crédito da América Latina**. [S.l.]: Portal do Cooperativismo de Crédito, [2012b]. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/HistoriaSicrediPioneira.html>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

QUEIROZ, Maurício V. Fourier e o Brasil. **Revista USP – História**, São Paulo, n. 122, p.5-15, 1990. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n122/a01n122.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2012.

RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno. **Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira**. Brasília: Embrapa, 2010. (Documentos, 292).

REZENDE, Gervásio Castro. Do Cruzado ao Collor: Os Planos de Estabilização e a Agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.12, n.2, p. 106-125, 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/46-7.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2012.

ROCHA, André Assis da. et al. Programa de educação cooperativista. **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 13, São Paulo, 2008.

ROCHA, Eliza Emílio Rezende Bernardo. **O cooperativismo agrícola em transição**: dilemas e perspectivas. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SALANEK FILHO, Pedro. **Integração Regional, Desenvolvimento Local e Cooperativismo**: O Melhoramento da Renda do Pequeno Produtor Associado na Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR. S.d. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/UPL/Outro/10%20-%20Artigo%20Pedro.pdf>>. Consultado em: 05 jun. 2012.

SANTOS, Carolina Cassia Batista. Estudo Sobre a Redescoberta do Cooperativismo como via Alternativa ao Desemprego no País: O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo comércio justo e pelo trabalho digno. In: Encontro de Pesquisadores Latino Americanos de Cooperativismo, 5, **Artigos apresentados...** Ribeirão Preto, SP, 6 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/161-santos.pdf>. Acesso em: 3 out. 2012.

SCHNEIDER, Sergio et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004. p. 21-50.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. MARTINS, Adalberto Floriano Grecco. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre método. **Psicologia e Sociedade**. São Paulo, v.15, n.2, p.124-143. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a09v15n2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

SESCOOP/PI. **Legislação cooperativista**. Teresina, 2006. Disponível em: <<http://www.sescoop-pi.coop.br/view.asp?categ=legislacao>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

SESCOOP-PI. **Legislação cooperativista**. 2006. Disponível em <<http://www.sescoop-pi.coop.br/view.asp?categ=legislacao>>. Acesso em 15 ago. 2012.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense: OCEPAR 40 anos construindo o futuro**. Curitiba: Ocepar, dez. 2011.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da Agroindústria Canaveira Brasileira de 1975 a 1995. **RBE**, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p.69-89, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/746/1740>>. Acesso em: 27 out. 2012.

SILVA, César Roberto Leite da. et al. Financiamento Privado da Agricultura: uma avaliação dos mercados futuros. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.11, p.80-96, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11923/8633>>. Acesso em: 10 out. 2012.

SILVA, Emanuel Sampaio et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenário e tendências. **Unircoop**, vol.1, n.2, 2003. p.75-102. Disponível em: <[http://www.unircoop.org/unircoop/files/bibliotheque/Vol1No2.05.Unircoop.Br%C3%A9sil.crop.pdf\(1\).pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/bibliotheque/Vol1No2.05.Unircoop.Br%C3%A9sil.crop.pdf(1).pdf)>. Acesso em: 10 set. 2012.

SILVA, Paulo Roberto Nunes. Agricultura: Expectativas frente às soluções para o endividamento e o Plano Real. **Indicadores FEE**, v.22, n.2. Porto Alegre, 1994. p.40-54.

SIMONSEN, Mário Henrique. A inflação brasileira: lições e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.5, n.4, 1985. p.15-30. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/20-2.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

SINDICATO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL (SINTARGS). **A origem e os princípios do cooperativismo: o cooperativismo no Brasil**. S.d. Disponível em: <<http://www.sintargs.com.br/cooperativismo.html>>. Acesso em: 13 agost. 2012.

SINGER, Paul. A economia solidária no Governo Federal. **Mercado de Trabalho**, IPEA. Brasília, n.24, 2004. p. 3-5. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf>. Acesso em: 22 out. 2012.

SINGER, Paul. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n.97, 2003. p.12-16.

SINGER, Paul. O cooperativismo e sindicatos no Brasil; In: **CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999. p. 23-28.

SIQUEIRA, Oscar Graeff. **A Crise das Grandes Cooperativas: Um Estudo Comparado entre a Cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, 2001.

SOUZA, Adriano Maicon et al. A Evolução Histórica do cooperativismo; **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, Maringá, PR, v.4, n.1, p. 35-42, 2007.

UNIMED. **Cooperativismo através da história**. 2010. Disponível em: <http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=58672&cd_secao=58668>. Acesso em: 12 jun. 2012.

UNIMED. **Cooperativismo**: Cooperativismo no mundo moderno. S.d. Disponível em: <http://memoria.unimed.com.br/memoria/museu_arquivos/html/projeto_de_todos/pagina_historia2_link1.html>. Acesso em: 10 agost. 2012.

UNIMED. Dia do cooperativismo será comemorado amanhã: História. **Banco de Releases**. 2008. Disponível em: <http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=44810&cd_secao=34376&cd_materia=61661>. Acesso em: 13 jun. 2012.

VALADARES, José Horta. Cooperativismo e Capitalismo. In: Por Extenso ou autor (FORMACCOP) **Curso de Formação de Dirigentes de Cooperativas** - Módulo 1. Curitiba, 1990.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo**: Nova Abordagem Sócio-Jurídica. Curitiba: Juruá, 2001.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. O Banco Mundial e o Combate à Pobreza no Nordeste: o caso da Paraíba. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, p. 113-129, 2008.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **Working Paper**, n.02/017, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/17390155/1418065403/name/4+estrat%C3%A9gias+para+cooperativas.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.